

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO - PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA NO DIA QUINZE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM.** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E CINQUENTA** -----

----- Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, por Videoconferência e Presencial, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente. -----

----- Para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, regista-se que a presente reunião foi realizada, na modalidade mista, que combina com o formato presencial e a videoconferência, através da plataforma “Teams”. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplicio Baptista Fernandes, Graciela Lopes Valente Simões, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes de Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva

## Draft

Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Tadeu Costa, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Natacha Machado Amaro, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Luis Duarte de Albuquerque Carreira, Diana Bechet Vale, Rosa Maria Carvalho da Silva, João Carlos de Sousa Pereira, Maria João Bernardino Correia e Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia.-----

----- Álvaro Carneiro (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Diana Bechet Vale.-----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro.-----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva. --

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, Nuno da Rocha Correia, João Pedro de Abreu Costa e Ana Rita Costenla.-----

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados temos quórum vamos iniciar a Sessão Ordinária de junho de 2021 a primeira reunião, que é 150ª reunião.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos começar pela intervenção do público e é o Senhor Luís Ricardo, pela defesa dos direitos dos animais, faz favor, Senhor Luís Ricardo!” -----

----- **O Município, Senhor Luís Ricardo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados e a todos os presente uma boa tarde!-----

----- *Não sou a favor da utilização de animais em teatros de operações que envolvam riscos para os animais, mas como se fala tanto contra os Pombos sou obrigado a falar aqui do que estes magníficos animais já representaram para a sociedade humana.* -----

----- *Os Pombos são as únicas aves com registo das mais distintas medalhas atribuídas em atos de bravuras notáveis e de devoção ao serviço por terem salvado milhares de vidas humanas.* -----

----- *Os Pombos sempre desempenharam um papel importante em diversos conflitos e catástrofes naturais e foram durante milénios uma ajuda fundamental para a comunicação entre humanos.* -----

----- *Para quem é cristão, os Pombos simboliza o Espírito Santo e tem um lugar de relevo na Bíblia, não obstante estes factos nos tempos de hoje os Pombos são mal tratados pela comunidade em geral!*-----

----- *Mas nem é difícil perceber o porquê, trata-se de pura arrogância humana aliada a uma estupidez que é fruto de uma infundável ignorância que predomina na nossa triste sociedade. Os energúmenos não se apercebem que os espaços que outrora foram habitados por inúmeras espécies, são agora preenchidos por cidades e assim por imposição humana os animais tiveram de fugir ou arriscar coabitar com a violenta espécie humana!*-----

----- *Há muito que as grandes capitais de países europeus convivem com uma grande população de pombos urbanos e em momento algum foi praticado o assassinato em massa de animais. Os métodos baseados no extermínio físico das aves além de serem cruéis são biologicamente incorretos e a população humana não devia criticar o quer que seja sem fundamentos, deveria sim, preocupar-se mais com a falta de hábitos higiénicos de muitos municípios nas vias públicas. Os municípios deviam exigir, de facto, às autarquias os pombais contraceptivos. Exijam que é um direito que vos assiste, é dinheiro bem aplicado naquilo que o povo precisa!*-----

----- *E sobre as doenças tão faladas dos Pombos, aconselho também uma leitura pelos trabalhos científicos já realizados para desmitificar aquilo que me parece ser uma manobra política para alguns fugirem as responsabilidades e para que outros possam ganhar rios de dinheiro através de empresas dedicadas ao assassinato de animais inocentes!*-----

----- Devo lembrar, também, que o ser humano é mil vezes mais prejudicial ao ambiente e que a poluição causada por Pombos é uma pequena gota de água comparada com a poluição que o bicho humano provoca no ecossistema.-----

----- A maior doença ainda é aquela que é transmitida pelos humanos, chama-se síndrome da ignorância e estupidez adquirida, propaga-se com rapidez e não escolhe idades.-----

----- O extermínio de seres vivos tem ocorrido nos cenários mais sangrentos que a espécie humana criou e cria no planeta terra. Os seres vivos humanos que são vítimas desse extermínio são apenas uma ínfima parte dos outros seres vivos que não sendo humanos acabam por ser as maiores vítimas das guerras e conflitos gerados pelo homem. Tem sido assim desde sempre e sempre que há extermínios, há sempre uma política arrogante que se apega a uma ideia seja ela fascista ou comunista e nos tempos mais atuais são exemplos, por exemplo, as democracias que por meros interesses económicos compactuam com países cuja a liberdade assenta em métodos repressivos.-----

----- Estou convicto que grande parte dos que se dizem democratas só o dizem porque esta democracia lhes proporciona elevados rendimentos e mordomias, pois se tal não acontecesse estas pessoas seriam aquelas que mais estiveram associadas aos regimes sangrentos que alguma vez existiram!-----

----- As pessoas que não olham a meios para manter os seus privilégios e não têm compaixão pelos mais injustiçados e pelos que lutaram e lutam contra a injustiça, são pessoas que não têm sentimentos pela vida dos outros seres vivos pertencentes a outras espécies.-----

----- Esses outros seres vivos também têm mãe, têm pai, têm filhos para criarem e gostam de respirar e de viver tal como nós, humanos gostamos, têm sentimentos e já cá estavam muito antes de nós!-----

----- E apesar das atrocidades que os humanos sujeitam os animais, os animais estão sempre prontos a defender com a sua lealdade os propósitos da espécie humana. Os animais não humanos, não procriam porque assim o querem, mas porque a natureza assim o quis! Essa natureza que é perfeita e que é arrasada todos os dias pela imperfeição humana.-----

----- O conceito de liberdade tem que compreender o direito a qualquer cidadão de não contemplar a prática de qualquer tipo de extermínio no seu país.-----

----- E para terminar Senhor Presidente, o extermínio de Pombos é um crime hediondo que envergonha qualquer sociedade que se quer avançada. Os bichinhos são capturados em grandes números e levados para nunca mais estarem junto dos seus filhos, espera-lhes a morte e os seus filhos que acabam nos ninhos numa espera torturante pela espera dos seus carinhosos pais que nunca hão-de voltar, esta é um forma dilacerante de cortar a raiz da natureza que peca ainda mais por sabermos que tal é possível de evitar com recursos a métodos que salvaguardam a vida dos Pombos e que já são usados em muitos locais do mundo.-----

----- Os Pombos não poluem oceanos, não fazem guerras, não são avarentos!-----

----- *Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, é tempo de dizer basta a palavra extermínio tem que ser riscada de Lisboa ou de qualquer outro lugar!*-----

----- *Viva a liberdade, viva todos os animais, viva os Pombos de Lisboa!*-----

----- *Disse!*”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito obrigado, Senhor Luís Ricardo.*-----

----- *Vamos passar agora ao Senhor Luís Castro, que vai falar de vários assuntos, de Vizinho de Arroios.*-----

----- **O Município, Senhor Luís Castro**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- *“Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhores Vereadores, que eu penso que devem estar a assistir online, Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores.*

----- *Em nome dos Vizinhos de Arroios gostaria de vos dirigir algumas observações e perguntas ao Vereador Ricardo Veludo, relativo a uma situação que aconteceu, faz hoje cerca de uma semana na Freguesia de Arroios. A ruína de prédios na cidade de Lisboa ou em qualquer outro lugar, para fiscalização e pelos autos de vistoria a estes edifícios, porque na Freguesia de Arroios segundo o Vereador Manuel Salgado, numa Reunião pública em 2019 a freguesia tem cerca de 9,7% dos edifícios devolutos da cidade Lisboa.*-----

----- *E, portanto, isto é um risco inaceitável e não se percebe como é possível que nos dias de hoje ainda haja prédios a ruir na cidade e nomeadamente na nossa Freguesia.*-----

----- *A segunda questão que dirijo também ao Vereador Ricardo Veludo, é saber se o seu Departamento e o contacto com os respetivos Departamentos da Câmara relacionados com o urbanismo, servem para dar resposta aos munícipes ou se estão lá só para efeitos figurativos? Porque, nós mandamos para a Câmara Municipal pedidos de consulta de documentos em fevereiro, março, abril deste ano, temos quatro processos que estão pendentes de consulta e cuja consulta ainda não nos foi facultada e nós não percebemos isto! Porque do ponto de vista do CPA (Código de Procedimento Administrativo), nós já deveríamos ter tido acesso à consulta destes processos de obras, de processos de urbanização que estão em curso na Freguesia de Arroios.*-----

----- *Para o Senhor Vereador Manuel Grilo, gostaríamos de saber se depois do levantamento que os Vizinhos de Arroios fizeram dos Sem-abrigo na freguesia em que identificamos 75 pessoas nessa condição e depois de grande parte destas pessoas terem desaparecido da Avenida Almirante Reis, local onde habitualmente residiam, se assim se pode dizer, gostaríamos de saber se é correta a informação que uma destas pessoas nos comunicou, que estava nesta condição de que estavam a ser abordados para deixarem as arcadas da Avenida Almirante Reis que iriam ser alojados em hostels, que ficariam nestes hostels durante um período de seis meses e que depois lhe seria atribuída uma casa ao fim destes seis meses. Aquilo que nos*

*estamos a preocupar é saber se isto é mesmo assim ou se isto é incorreto, e gostaríamos que o Vereador Manuel Grilo confirma-se esta situação? -----*

*----- Por fim para o Vereador Miguel Gaspar, gostaria de perguntar ao Senhor Vereador se tem a noção de que na Avenida Almirante Reis e a ciclovia que lá está, neste momento os pitons estão completamente destruídos, há pregos que servem para fixar estes pitons no asfalto da avenida e se tem a noção da quantidade de acidentes que neste momento estão a acontecer na Avenida Almirante Reis, nomeadamente, ainda hoje, com um atropelamento e uma queda de uma pessoa na Avenida. -----*

*----- Obrigado!”-----*

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Muito obrigado, Senhor Luís Castro. -----*

*----- As suas questões serão endereçadas aos vereadores conforme solicitado. -----*

*----- Tínhamos mais uma inscrição que desistiu, portanto, vamos prosseguir passar ao Voto de Pesar, peço à Colega Virgínia Estorninho que leia!”-----*

*----- **VOTO DE PESAR n.º 150/04 (PEV) – (Subscrito Pelo Grupo Municipal do PEV e Deputados Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, Rui Costa e Teresa Craveiro) VOTO DE PESAR “António Torrado”;** -----*

*----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar: -----*

*----- “Voto de pesar-----*

*----- “António Torrado”-----*

*----- «Ficou a Dona Senhora -----*

*----- com o seu perfil insolente -----*

*----- sem a vassoura servil, (...)-----*

*----- Que a vassourinha na rua -----*

*----- dançava nas mãos do vento-----*

*----- e num tal contentamento -----*

*----- que já ninguém a parava. -----*

*----- Perdera o medo para sempre.» -----*

*----- IN “Vassourinha: entre Abril e Maio”, Porto : Campo das Letras, 2001. -----*

*----- No passado dia 11 de Junho, faleceu vítima de doença neurodegenerativa o escritor e dramaturgo António Torrado, nascido em 21 de Novembro de 1939, na Rua da Creche, em Lisboa, que viria depois a ter o nome do pintor comunista José Dias Coelho, ali assassinado pela PIDE.-----*

*----- Licenciado em Filosofia na Universidade de Coimbra, foi professor do ensino secundário, profissão de que foi afastado em 1966 por motivos políticos. Fundou e dirigiu o Colégio Fernão Mendes Pinto, foi editor da Plátano e da Comunicação, tendo contribuído para a divulgação bibliográfica em Angola e Moçambique. Como poeta, dramaturgo, argumentista e ficcionista, a sua obra ultrapassa os 120 títulos. ---*

*----- Foi fundador de uma escola infantil e básica, pioneira em Portugal do Movimento da Escola Moderna (técnicas Freinet). Leccionou Literatura Infantil na Escola de Educadores de Infância de Lisboa (1973/74). Em 1974 ingressou na RTP*

*como chefe do Departamento de Programas Infantis, tendo sido saneado por razões políticas no 25 de Novembro de 1975, juntamente com outros quadros de esquerda da televisão estatal. Monitorou cursos de formação de professores em Portugal, na Guiné-Bissau (1976/77), em Angola e em Cabo Verde (entre 1977 e 1980). Para além de já anteriormente ter dirigido o suplemento infantil 'Moinho de Vento' do jornal 'A Capital', entre 1968 e 1972, manteve colaboração dispersa em jornais e revistas como 'O Professor', 'Vida Mundial', 'África' e 'Vértice', entre outras. -----*

*----- Foi co-fundador da Associação Portuguesa de Escritores, do Instituto de Apoio à Criança e da Sociedade Portuguesa de Autores, membro da Associação Internacional de Críticos Literários e responsável pela cadeira de Escrita Dramatúrgica da Escola Superior de Teatro e Cinema. Coordenou o curso anual de Expressão Poética e Narrativa do antigo Centro Artístico Infantil da Fundação Calouste Gulbenkian, e trabalhou em dramaturgias, desde no Teatro da Comuna, a filmes, como as homenagens a Aristides de Sousa Mendes e Eça de Queirós, cônsul de Portugal em Bordéus. -----*

*----- Sendo consensualmente considerado um dos autores mais importantes na literatura infantil portuguesa, possui uma obra bastante extensa e diversificada que integra textos de raiz popular e tradicional, mas também poesia e sobretudo contos, elegendo como valores a promoção da liberdade de expressão e o respeito pela diferença, utilizando com frequência o humor em algumas das suas histórias, tendo preparado novelas e romances para a infância e juventude, sendo o teatro a vertente mais marcante nos últimos anos de vida. -----*

*----- Por se ter destacado pelo seu excepcional trabalho como autor de livros para crianças e jovens, recebeu em 1979 o grande Prémio Gulbenkian de Literatura para Crianças e Jovens com a obra "Como se Faz Cor de Laranja", bem como distinguido depois em 1988 pelo conjunto da sua obra, tendo ainda a sua produção literária para crianças sido galardeada no Brasil com o Prémio da Associação Paulista dos Críticos de Arte de 1994. -----*

*----- Várias das suas obras literárias para a infância foram recomendadas pelo Plano Nacional de Leitura, tais como "O mercador de coisa nenhuma", "Teatro às três pancadas", "Vem aí o Zé das Moscas", "O veado florido" ou "Vassourinha: entre Abril e Maio", este com ilustrações de João Abel Manta. -----*

*----- Coordenou tanto a primeira série em português da "Rua Sésamo", onde deixou a marca do seu talento no acto de escrever para televisão, como o Curso Anual de Expressão Poética e Narrativa no Centro de Arte Infantil da Fundação Calouste Gulbenkian. Foi ainda dramaturgo residente na Companhia de Teatro Comuna em Lisboa e várias vezes membro dos corpos sociais da Sociedade Portuguesa de Autores, de que foi sócio fundador, bem como da Associação Portuguesa de Escritores e do Instituto de Apoio à Criança. -----*

*----- Num projecto co-financiado por fundos estruturais da União Europeia, manteve disponível 'on-line' desde 5 de Outubro de 2003 a página 'História do Dia', onde o autor publicava e lia uma história original para cada dia do ano. -----*

----- Viu algumas das suas obras incluídas na Lista de Honra do International Board of Books for Young People (IBBY) e, em 1995, “O mercador de coisa nenhuma” ser incluído no ‘The White Ravens’ da Internacional Children's Library in Munich, tendo sido nomeado para o Hans Christian Andersen Award de 2000, espécie de Nobel da literatura para os mais novos. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta do Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes: -----

----- 1 - Prestar sentidas condolências pelo falecimento de António Torrado, guardando um minuto de silêncio em sua memória.-----

----- 2 - Propor que o Município de Lisboa atribua na toponímia de um equipamento cultural, como numa sala das suas bibliotecas municipais, o nome de António Torrado. -----

----- Mais delibera ainda: -----

----- 3 - Remeter o presente voto de pesar à Presidência da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Ministério da Cultura, à Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, à Sociedade Portuguesa de Autores e, por seu intermédio, à família enlutada, bem como à CML e todos os seus vereadores. -

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 15 de Junho de 2021-----

----- O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”-----

----- Cláudia Madeira -----

----- J. L. Sobreda Antunes”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- Vamos passar à votação do **Voto 150/04 (PEV)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto 150/04 (PEV)** foi aprovado por **unanimidade**. -----

---- (Neste momento, foi feito um minuto silêncio pelo falecimento de António Torrado)-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao Período Antes da Ordem do Dia, peço à Virgínia Estorninho que leia o Expediente.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente:-----

---- **Iniciativas do Grupo parlamentar Os Verdes:** -----

---- **1 – PERGUNTAS VÁRIAS AO GOVERNO SOBRE:** -----

---- **1.1 – Obras na Escola Secundária do Restelo, em Lisboa.** -----



- 1.2 – Projecto de resolução nº 1957/XIII/4ª - Promoção de um serviço público de qualidade e eficiente no transporte fluvial da Transtejo e Soflusa. -----
- 1.3 – Ausência de realização de obras por parte do IHRU no Bairro dos Lóios. -----
- 1.4 – Falta de condições na Escola artística António Arroio. -----
- 1.5 – Prazo para a limpeza das redes de gestão de combustíveis nos espaços florestais. -----
- 1.6 – Regime Jurídico de avaliação de impacte ambiental. -----
- 1.7 – Reforço das medidas de apoio aos idosos que vivem isolados. -----
- 1.8 – Requalificação do Conservatório Nacional. -----
- 1.9 – Reposição de horários da Transtejo e soflusa e oferta de barcos. -----
- 1.9.1 – Ruído provocado por aparelhos de ventilação do Metropolitano de Lisboa – Praça de Espanha. -----
- **Iniciativas do Grupo parlamentar do PCP:** -----
- **2. – Perguntas várias ao Governo sobre:** -----
- 2.1 – Concessões em Baixa Tensão. -----
- **ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA** -----
- 3. – Deliberações da reunião ordinária de 25/03/2021. -----
- 3.1 – Editais nº 9,10,11 e 12. -----
- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS** -----
- 4. – Dar conhecimento Voto de Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio. -----
- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA** -----
- 5. – Edital nº 51\2021. -----
- **JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE** -----
- 6. – Saudação 47ª- Aniversário da revolução de Abril. -----
- **JUNTA DE FREGUESIA DE MARVILA** -----
- 7. – Recomendação apresentada pela bancada do PSD “ Ruído provocado pelas infra-estruturas ferroviárias pelos comboios na Freguesia de Marvila”. -----
- **FÓRUM CIDADANIA LISBOA** -----
- 8. – Início das obras Metro “Estação Estrela” – abate de árvore e remoção de portão e gradeamento. -----
- 8.1 – Projecto no Quarteirão Inglês. -----
- 8.2 – Placa Toponímica com data errada, pedido de correcção. -----
- 8.3 – Garagem Liz transformada em loja continente. -----
- 8.4 – Arranque de carris nas Ruas de Campo de Ourique e Ferreira Borges. -----
- 8.5 – Retirada dos cabos de telecomunicações das fachadas. -----
- 8.6 – Parque canino sob palácio Belmonte. -----
- 8.7 – Palácio Silva Amado. -----
- 8.8 – Hotel Memmo no antigo Convento das Mónicas. -----
- 8.9 – Proposta de alteração para Palácio Van Zeller. -----
- 9. – Placas informativas no pavimento. -----
- 9.1 – Projecto de requalificação Paço da Rainha e Largo do Mitelo. -----
- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
- “Muito obrigada Virgínia Estorninho. -----
- Vamos passar à votação de várias Atas, começando pela 143, todas as atas tinham pedidos de alteração e correções do Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria, que foram tidas em conta.” -----
- Vamos passar à votação da **Ata 134 de 26 de janeiro de 2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar,

Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Ata 134 de 26 de janeiro de 2021** foi aprovada por **unanimidade**.-----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 134**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 134** Sessão Extraordinária, realizada em vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e um, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Ricardo João Oliveira Marques (PS), Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD) e Patricia Carla Gonçalves (IND). -----

---- Vamos passar à votação da **Ata 139 de 16 de Março de 2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Ata 139 de 16 de Março de 2021** foi aprovada por **unanimidade**.-----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 139**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 139** Sessão Extraordinária, realizada em dezasseis de março de dois mil e vinte e um, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Carlos Alpoim Vieira Barbosa (PSD), Natacha Machado Amaro (PCP) e Patricia Carla Gonçalves (IND). -----

---- Vamos passar à votação da **Ata 140 de 23 de Março de 2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Ata 140 de 23 de Março de 2021** foi aprovada por **unanimidade**.-----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 140** os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 140** Sessão Extraordinária, realizada em vinte e três de março de dois mil e vinte e um, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Augusto Gama Albuquerque (PS), Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD), João Carlos Pereira (PCP). -----

----- Vamos passar à votação da **Ata 141 de 30 de Março de 2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Ata 141 de 30 de Março de 2021** foi aprovada por **unanimidade**. -----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 141** os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 141** Sessão Extraordinária, realizada em trinta de março de dois mil e vinte e um, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Pedro Tadeu Costa (PS), Maria João Bernardino Correia (PS), Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD), Gonçalo Vassalo Moita (CDS-PP), Fernando Correia (PCP) e Patricia Carla Gonçalves (IND). -----

----- Vamos passar à votação do **Excerto da Ata 147**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Excerto da Ata 147** foi aprovado por **unanimidade**. -----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação do **Excerto da Ata 147** os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Excerto da Ata n.º 147** Sessão Extraordinária, realizada em dezoito de maio de dois mil e vinte e um, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Augusto Gama Albuquerque (PS), Diogo Leão (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD), Gonçalo Vassalo Moita (CDS-PP) e José Inácio de Faria (MPT). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar aos votos, moções e recomendações, eu queria apenas dar uma informação, é que foi retirada a Recomendação 150/14 (PS), sobescrita pelo PS e por alguns outros Deputados. -----

----- Peço à Virgínia que leia que é que está inscrito.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente: -----

----- “ Está inscrito os Senhores Deputados: Diogo Moura, José Inácio Faria, Aline Beuvink, Luís Newton, Miguel Santos, Cláudia Madeira, Natacha Amaro, André

Couto, José António Borges, Tiago Cruz, Rodrigo de Mello Gonçalves, Paulo Muacho, Rui Costa e Miguel Graça. -----

-----Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS-PP.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Senhores Secretários, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em geral, boa tarde a todos. -----

---- Hoje o CDS-PP traz a esta Assembleia três documentos, um deles um moção do estado em que se encontra o Museu Nacional de Arte Antiga, precisa de ser dotado de meios humanos e de intervenção e, portanto, hoje trazemos aqui este apelo ao Governo para que o Governo interceda com a maior brevidade possível, já o fizemos na Câmara Municipal de Lisboa em 2019, voltamos a fazer em março deste ano, não houve qualquer resolução nesta matéria, portanto, era importante que o Governo de uma vez por toda interviesse nos museus no nosso país, portanto, trazemos esta Moção /Recomendação digamos assim ao Governo. -----

----- Depois apresentamos uma Recomendação da Freguesia do Lumiar para melhorar a circulação e aquilo que é a intercessão entre as Avenidas, Maria Helena Vieira da Silva e Rainha Dona Amélia. É conhecida aquela intercessão, os problemas que dali advém, com as várias faixas de rodagem e com aquilo que são os cruzamentos que ali se dão e, portanto trazemos aqui uma proposta para que a Câmara intervenha naquele espaço viário e para que do ponto de vista da mobilidade possa resolver os vários problemas que padecem este mesmo cruzamento na Freguesia do Lumiar. -----

----- Queríamos também dar nota daquilo que hoje foi notícia, sobre as esplanadas, sobre o visionamento dos jogos do Euro 2020. Sabemos que o estado da pandemia tem vindo a piorar em particular no concelho de Lisboa, mas também sabemos que, por aquilo que temos vindo a ser dado a conhecer por parte de vários concessionários há dois pesos e duas medidas, ou seja, à restaurantes, à bares que têm televisões viradas para o espaço público e terão esplanadas onde será visionado o jogo, mas depois temos os vários concessionários dos vários Quiosques da Câmara Municipal de Lisboa dizendo que a Câmara há 24 horas atrás, proibiu-os, de poderem emitir e terem televisões para transmitir estes jogos! Concessionários, esses que, também, vêm dizer publicamente que pediram autorização à Câmara, ao Turismo Lisboa, nalguns casos, algumas zonas de Lisboa e que essa autorização foi dada. -----

----- Portanto, era importante que a Câmara dê-se esse esclarecimento, que explicasse porque é que há medidas para uns e para outros as medidas são totalmente diferentes, quando o nível da pandemia e o estado alarmante da pandemia é igual, diria eu, para todos e, portanto, importa não criar discricionariedade entre aquilo que são os nossos empresários e os nossos comerciantes da cidade numa altura tão difícil, não só do ponto de vista de saúde pública, mas também do ponto de vista económico.-----

----- Hoje trazemos também aqui um voto de protesto, para vergonha de todos, leva Lisboa para um assunto que já não é de Lisboa, que já é nacional e também tem sido internacional. Como estamos perante uma delação de dados pessoais de manifestantes

por parte do município às entidades visadas nos protestos, algo que é inaceitável e perante as atabalhoadas desculpas e justificações exige-se uma breve cronologia; -----

----- Manifestação em janeiro de 2021 contra Putin, organizada por três pessoas duas delas com dupla nacionalidade, para terem autorização de organizar a manifestação, os promotores tinham de enviar os seus dados pessoais, nome, número de identificação e morada e contato telefónico para a Câmara.-----

----- A Câmara enviou todos os dados à Embaixada da Federação da Rússia e para MNE (Ministério dos Negócios de Estrangeiros) Russo.-----

----- Em março os organizadores protestaram, pelo ato de lação da Câmara, do MAI, MNE e da Comissão Nacional Proteção de Dados.-----

----- Em abril diz a Câmara, alterou os seus procedimentos. Ninguém altera nada sem o consentimento da tutela política, portanto, alguém sabia!-----

----- A 20 de abril, o Gabinete de Fernando Medina dirige um *email* aos ativistas que convocar a manifestação onde se lia que, “os promotores da manifestação que tinha inteira responsabilidade pelos dados facultados, que o procedimento era habitual e adotado há vários anos e anexavam um documento onde se podia ler o pedido às autoridades russas para que apagassem os referidos dados pessoais”. Este caso foi revelado a 9 de junho no Observador e Expresso. -----

----- Na manhã do dia seguinte, num comunicado Fernando Medina reconheci o erro, garantia o procedimento que já tinha sido alterado e rejeitava as acusações de cumplicidade com o regime Russo. -----

----- Mais tarde, Medina apresenta um pedido de desculpas público, lamentou erro que tinha acontecido, justifica-o com funcionamento burocrático dos serviços da Câmara que não conseguiam perceber o carácter sensível desta manifestação. O gabinete de Medina embrulha-se nas desculpas que dá!-----

----- A Câmara diz que só enviar os dados quando as *manifs* são ao pé das embaixadas, não é verdade! Em 2019, o protesto era no Coliseu e enviou os dados para a Embaixada Israelita! Não sabia? Falso! O *email* aos palestinianos era assinado pela Assessoria de Imprensa de Fernando Medina, portanto, em 2019, este assunto já tinha chegado e seu gabinete e o problema já não era de erro burocrático! A Assessoria confirma todo o procedimento e justifica-o, portanto, não havia erro, somente a suprema arrogância em culpar os promotores pelo envio dos dados. -----

----- Mas mais, desde 2018 que existe uma equipa de implementação de proteção de dados que avalia os níveis de informação gerados pela estrutura orgânica da Câmara. Pelo que se sabe as comunicações de manifestações são geridas pelo Gabinete de Apoio do Presidente, Gabinete esse que não existe na estrutura orgânica da Câmara e que, pelos vistos não foi alvo de análise por parte do responsável pela Proteção de Dados, aliás, não consta do programa de deteção apresentar pela mesma equipa, se calhar, não é um gabinete, mas um poço sem fundo, onde tudo se perde até *email* da PSP sobre os festejos do Sporting. -----

----- Ou seja toda a correspondência tratada por aquele gabinete é da responsabilidade do Presidente da Câmara a quem este mesmo responde diretamente. Como é possível depois de escondido atrás de uma Lei de 1974, da extinção dos governos civis em

2011, como se não tivesse a entrar em vigor a Lei de Proteção de Dados e que a Câmara não tivesse que aplicá-la na sua plenitude e, portanto, quer o Governo quer a Proteção Nacional de Dados já reiteraram, a Lei tem que ser cumprida. -----  
----- E, portanto, a Câmara violou a Lei e transmitiu dados a terceiros, e ser uma prática constante e é um cúmulo de infrações e, nem vale a pena falar dos vários artigos que são violados do Regulamento de Geral de Proteção de Dados. -----  
----- E, portanto, em 2018 com esta nova Lei, tudo mudou nas empresas, na Associações e no Estado, relativamente à proteção de dados e na Câmara é preciso perceber efetivamente o que é que mudou, há muita explicar e as declarações do Presidente da Câmara confusas não contribuem para esclarecimento -----  
----- Aliás, até a própria Câmara Municipal de Lisboa no dia 19 de maio 2021 voltou a prorrogar o mandato da equipa de implementação e tinha nesses documentos um balanço dos três anos desta equipa e em nenhum desses documentos, vem qualquer referência ao Gabinete de Apoio ao Presidente e, portanto, verifica-se que aquilo que foi apresentado em 2018 de que este Gabinete de Apoio ao Presidente não estava a ser devidamente avaliado no âmbito de proteção de dados, mais uma vez se confirma que a não foi avaliado e este é um relatório que nos aparece em maio, quando a Câmara diz que abril detetou o erro e mudou os procedimentos e tudo muito estranho e é preciso ser averiguado!-----  
----- E é por isso que a auditoria, Senhor Presidente e a terminar, é importante que a Câmara responda que não responda apenas desde a entrada em vigor no Regulamento de Proteção de dados, mas, desde 2011, desde que os governos civis foram extintos. ---  
----- E eu terminava Senhor Presidente, recordando as palavras do próprio presidente Fernando Medina proferidas há dias, dizia ele que, “sabe muito bem de onde isto vem, mas que para ser Presidente da Câmara tem que se ganhar eleições.” E nós também sabemos de onde isto vai vem, vem da delação, vem da violação da Constituição da República, vem do desrespeito pela Convenção de Genebra, vem do Tratado de Funcionamento da União Europeia e da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, vem no incumprimento da Declaração dos Direitos do Homem pela entidade que pelo resto Senhor Presidente preside e não basta ganhar eleições é verdade, também tem que se exercer o cargo democraticamente dentro da legalidade e proteger os cidadãos, coisa que o Fernando Medida não fez! -----  
----- Limitou-se a pedir desculpas, um ato vazio e sem significado político que não disfarça a incompetência, que não dá a dignidade ao cargo e não devolve a segurança aos cidadãos que se sentem ameaçados. -----  
----- A Câmara nesta matéria abusou da Lei, não a cumpriu e o seu máximo responsável acha que não tem nada a ver com o assunto e recusa-se a tirar consequências políticas, estamos perante mais um caso de impunidade e de irresponsabilidade socialista. -----  
----- Depois dos infamas titulados deste Governo, Medina é o último beneficiário deste estado indulgência e cumplicidades que arrastam a política para descrédito. -----  
----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Caros Colegas, Público presente. ----

----- Nesta sessão o MPT, conjuntamente com o PSD, CDS e PPM, apresentam um voto de protesto e de condenação contra a actuação da Câmara Municipal de Lisboa por abusivamente ter facultado a autoridades estrangeiras dados pessoais de três manifestantes que em Janeiro passado protestaram junto à Embaixada da Rússia contra a detenção arbitrária do líder da oposição Alexei Navalny. -----

----- Trata-se, em nosso entender, de uma prática absolutamente ilegal, antidemocrática e condenável que nos granjeou triste fama a nível internacional e da qual dificilmente nos livraremos. -----

----- A verdade é que as recentes notícias sobre a entrega às autoridades russas, dos nomes, endereços e contactos telefónicos dos três organizadores daquele protesto geraram uma onda de protestos e mancham o final da presidência portuguesa da União, que, recorde-se, se iniciou fragilizada na sequência da morte de um cidadão ucraniano à guarda do SEF no aeroporto de Lisboa. -----

----- Quer queira ou não o Senhor Presidente da Câmara, o Primeiro Ministro, ou até o Ministro dos Negócios Estrangeiros, a verdade é que não se trata de uma mera prática administrativa de um qualquer serviço camarário, mas sim de um acto insólito e condenável que corrói a própria essência da nossa democracia e que apenas contribui....Senhores Deputados chegará a vossa vez... , para manchar o bom nome de Portugal e para nos posicionar no final da tabela dos Estados que desrespeitam...bom está a contar, vamos embora...portanto dizia eu manchar o bom nome de Portugal e para nos posicionar no final da tabela dos Estados que desrespeitam os mais elementares princípios e regras democráticas. -----

----- O facto é que, para além da principal autarquia do País ter violado de forma grosseira o Regulamento Geral sobre Protecção de Dados da União Europeia, que entrou em vigor no nosso país a 9 de Agosto de 2019, este caso assume também contornos particularmente graves por se tratar de uma delação feita a um regime totalitário que silencia as vozes críticas, que persegue dissidentes, assassina opositores em território estrangeiro e dá cobertura a acções de terrorismo estatal como o recente desvio de uma aeronave pelo Estado da Bielorrússia. -----

----- E perante estes factos, como reage o Presidente Fernando Medina? Ora bem, alega ter tido conhecimento destas queixas através da comunicação social, apesar do email que lhe foi enviado pelos 3 activistas a 18 de Março passado; invoca, e mal, o Decreto-Lei 406/74, que em lado algum refere a exigência da transmissão de dados de manifestantes a entidades estrangeiras; desconhece, ou parece desconhecer, a

obrigatoriedade da protecção de dados ao abrigo do Regulamento em vigor em Portugal desde há dois anos e, pasme-se, assume quase com naturalidade ser esta uma mera prática corrente na Câmara Municipal desde 2011, pedindo por isso desculpas e anunciando uma auditoria. -----

----- Mas Caros colegas, não se trata de uma mera situação irrelevante e sem consequências maiores, muito pelo contrário, trata-se de um caso que compromete a segurança dos manifestantes e das suas famílias, e por isso não basta o pedido de desculpas do Presidente da Câmara ou que este se limite a invocar o protocolo de manifestações ou a escudar-se numa alegada falha na rotina burocrática, aliás como já o fez no caso dos emails do Comando Metropolitano da PSP sobre os festejos do Sporting. -----

----- O que está aqui em causa é um caso gravíssimo que compromete os direitos constitucionais da liberdade de manifestação, de expressão e de reunião, que coloca em risco a vida de pessoas e que causa danos reputacionais graves ao nosso país. -----

----- Assim, mais do que um pedido de desculpas, mais do que um evidenciar de erros administrativos, são devidas explicações cabais, responsabilização política e medidas de compensação a estes activistas e para tanto, o Partido da Terra exige a presença urgente do Presidente da Câmara numa sessão desta Assembleia, como órgão fiscalizador do Executivo, para prestar esclarecimentos sobre este assunto. -----

----- Seja como for, o Senhor Presidente da Câmara...estou a terminar...o Senhor Presidente da Câmara poderá estar descansado porque o Partido da Terra não irá pedir a sua demissão, disso estou certo encarregar-se-ão os Lisboetas nas próximas eleições autárquicas! -----

---- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhoras e senhores deputados, a Mesa não cedeu conta, mas o CDS-PP ultrapassou-a em dois minutos e treze segundos, o tempo, naturalmente, temos que ter isso em conta, relativamente às intervenções dos diferentes grupos” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Secretários, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores boa tarde. -----

----- O PPM apresenta nesta sessão da Assembleia, uma moção e recomendação e em conjunto com o CDS, PSD e MPT, um voto de protesto sobre o envio de dados privados de cidadãos à Rússia. -----



----- Algo que tem vindo a piorar nos últimos tempos, tem sido as condições em que os museus da cidade de Lisboa estão a funcionar, tentando densenvolver a sua normal atividade mesmo por entre os efeitos da pandemia de COVID-19. -----

----- Certo que a cultura não foi exceção nesse ser feitos no entanto, consideramos que não podemos nem devemos descuidar um património único, como é o caso de todas as infraestruturas do Museu Nacional de Arte Antiga e do Museu Nacional dos Coches. --

----- Sabemos que, no Museu Nacional de Arte Antiga, os espaços destinados às coleções de mobiliário, ourivesaria, cerâmica e arte não europeias vão ser temporariamente encerrados devido à falta de vigilância, igualmente os jardins do museu vão passar a estar inacessíveis ao público. -----

----- Mais grave, no entanto, o que se passa com o Museu mais visitado de Lisboa. O Museu dos Coches inaugurado há apenas sete anos está neste momento, confrontado com uma situação de abandono e de total falta de manutenção, tanto dos seus novos espaços, como o espólio. Perguntamos como é possível chegar-se a esta situação de desinvestimento na preservação da memória portuguesa. -----

----- Assim apresentamos uma moção a esta Assembleia para que, em conjunto com a Câmara se exorta o Governo a corrigir e a acabar com a gravidade deste abandono cultural!-----

----- Queria apenas chamar atenção, há uma gralha no texto que está no primeiro ponto dos considerandos, no final, que está “aja” do verbo haver quando obviamente, a era do verbo agir, erro que já foi corrigido e enviado aos serviços. -----

----- Senhor Presidente, senhores deputados, no ano passado ouvimos falar muito em Ambiente, numa Lisboa Capital Verde Europeia e que se iria preparar a cidade para a próxima década. Muito foi dito, mas não muito foi feito. -----

----- Nesse sentido, o PPM apresenta a recomendação com a qual pretendemos que os lisboetas e as empresas na capital paguem pelo lixo exatamente daquilo que produzem e que o valor da taxa de resíduos não esteja indexado ao valor consumido de água. Assim sendo, propomos que a Câmara alter com a maior brevidade possível o modelo de cobrança da taxa de resíduos sólidos introduzido os sistemas *PAYT – Pay as you thron*, separando a tarifação do consumo de água e do consumo dos resíduos sólidos da faturação doméstica. Desta forma, estaremos a beneficiar quem recicla mais aliviando a fatura da água da carga do lixo.-----

----- Relativamente ao voto protesto sobre o envio de dados particulares de cidadãos que exerciam o seu direito de protesto, entidades estrangeiras, para além do que os meus antecessores aqui do MPT e do CDS já disseram, eu tenho resumidamente a dizer o seguinte:-----

----- Que cidadão se sente seguro e com a certeza de que pode confiar no Senhor Presidente da Câmara? -----

----- Quem pode confiar numa Câmara que, pelos vistos faz isto desde 2011?-----

----- Quem pode confiar em pessoas que à frente falam em direitos humanos, em minorias, em defesa da privacidade dos seus dados pessoais e depois por trás dão deliberadamente esses dados e se escondem do argumento de que é uma prática administrativa, é isto responsabilidade política? E não venham com o discurso que

ninguém me dá lições de democracia, porque é óbvio que o Senhor Presidente da Câmara precisa delas sim! O que aconteceu não é só antidemocrático, é sínico e é irresponsável e só demonstra a inabilidade do Presidente da Câmara de avaliar situações e a sua hora falta de discernimento,... estou acabar dizendo que isto é gravíssimo e ultrajante e daí a nossa participação neste voto.-----

----- Obrigada!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Começo por cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, bem como os restantes membros da Mesa, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhor Vice-presidente da Câmara, iria dizer e demais vereadores, mas não os há, funcionários e lisboetas que estão a assistir. -----

----- Vamos a factos! Em 2016, o Parlamento Europeu aprovou o regulamento relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.-----

----- Na reunião de Câmara de 28 de maio de 2018, o vereador em quem a Câmara delegou a responsabilidade de zelar pela proteção desses dados, o Vereador João Paulo Saraiva apresentou Proposta 288/CM/2018 para a criação da equipa de projeto, para a implementação do regulamento geral proteção de dados, bem como, designar o encarregado de proteção de dados do município. Nessa data foi aprovada a criação de uma equipa de oito elementos. -----

----- A 14 de junho 2019, a Assembleia da República aprova a Lei n.º 58 de 8 de Agosto de 2019. O recentemente tornado famoso, RGPD, bem como, a alteração da Lei de organização e funcionamento da Comissão Nacional de Proteção de Dados. -----

----- Posteriormente, a 17 de julho de 2019. O Vereador João Paulo Saraiva, a presente em reunião de Câmara a Proposta 542/CM/2019 com o objetivo de aprovar o Programa de Proteção de Dados Pessoais do Município de Lisboa e de aumentar o número de pessoas afetas à equipa do encarregado de dados do município, passando das oito iniciais para doze.-----

----- Porém em dezembro de 2020, a Câmara Municipal de Lisboa deverá ter concluído que o alargamento para doze pessoas não seria suficiente e entendeu reforçar esta equipa, contratando uma empresa para apoio ao encarregado de proteção de dados. A mesma empresa que já havia sido contratado em 2018 para prestar serviços de sensibilização, inventariação, elaboração de diagnósticos e *roandmap* para a implementação do RGPD.-----

----- Fica assim demonstrado que, neste período existia um forte investimento para a correta implementação do RGPD na Câmara Municipal de Lisboa! -----

## Draft

----- Passados três anos e quase a concluir o mandato da equipa, o Vereador João Paulo Saraiva apresenta em 19 de maio de 2021 a Proposta 228/CM/2021 com o objetivo de prorrogar o mandato da equipa de projeto, bem como, o mandato do elemento que faria a proteção dos dados. -----

----- Passados três anos, porém, estranhamente, a proposta é retirada, alegadamente a pedido do Senhor Presidente da Câmara, porque é que a proposta foi retirada? E na semana passada a rebentar polémica quando se soube que o Gabinete do Presidente da Câmara mandou estes esforços todos por água abaixo, reencaminhado toda a documentação relativa a uma manifestação contra o Governo Russo, nomeadamente dados pessoais dos seus promotores para a Embaixada e para o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia. -----

----- Depois de cerca de 100.000 euros alocados a uma consultora especializada, depois da criação de uma *Task Force* com doze funcionários, depois de múltiplas ações de sensibilização e planos de implementação, os resultados estão à vista! E teria sido aquela manifestação a única em que foram enviados dados para embaixadas? No entanto, algo que já sabemos e que infelizmente, atentar à reputação de todos os lisboetas. -----

----- A própria comunicação social reportou em 26 de junho de 2019, a indignação de um grupo de cidadãos do Comité de solidariedade com a Palestina que havia organizado uma manifestação. E o que disse a Câmara Municipal a essa situação na comunicação social? Numa resposta assinada por alguém do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, comunicava-se que desde a extinção dos governos civis são as câmaras municipais, os organismos que recebem as comunicações por parte das entidades promotoras de manifestações no espaço público. É prática habitual da Câmara Municipal de Lisboa desde essa data, reencaminhar essa informação para várias entidades, sempre que o país é visado pelo tema de uma manifestação, a sua representação diplomática no nosso país é igualmente informada. -----

----- Esta informação revela que já em Junho de 2019, portanto, há cerca de dois anos. A Câmara Municipal implementava uma prática incorreta e que, nestes 2 anos, nada teria sido feito! Mas pior, ficámos também a saber por essa comunicação do Gabinete do Presidente, que o mesmo se aplica a manifestação promovida pelo grupo de apoio ao Tibete no dia 25 de abril de 2019 no Largo Camões e que essa informação teria ido para a embaixada da China, pasme-se! -----

----- Mas também, quando um conjunto de cidadãos em solidariedade com o povo da Venezuela dinamizou no dia 10 de junho de 2019, uma ação neste caso a Embaixada Venezuelana foi informada com os mesmos dados. Manifestações, estas que nem sequer ocorreram em frente às embaixadas! -----

----- Senhoras e senhores deputados municipais, esta comunicação demonstra que o que discutimos não é culpa de Passos Coelho ou do fim dos governos civis ou um mero lapso burocrático dos serviços ou mesmo culpa da senhora do balcão administrativo da Câmara Municipal. -----

----- Fica claro que se trata de um procedimento adotado pela Câmara Municipal e validado pelo Gabinete do Presidente desde 2019, isto é grave| -----

----- E são todas estas contradições, factos por explicar, omissões ou pior que hoje nos motiva a fazer este forte protesto nesta casa. -----

----- Termino citando curiosamente, Daniel Oliveira, “Não é LE Carré. É incompetência grosseira e grave.”-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente, senhores secretárias, senhores vereadores, colegas deputados municipais, imprensa, público em geral. -----

----- Eu queria começar este discurso com uma referência ao cidadão Luís Ricardo que esteve aqui nesta tribuna falar sobre os pombos Lisboa. Presto a minha homenagem a este cidadão que tem, obviamente um nível de sensibilidade muito superior ao da média.-----

----- Mas começemos então! -----

----- Trazemos hoje um Voto de Saudação ao Dia Mundial do Ambiente que se assinalou dia 5 de junho. Esta data assinala-se desde 1972 e, este ano, o tema escolhido pela ONU foi a “A Restauração do Meio Ambiente”, procurando sensibilizar para a importância da conservação dos ecossistemas e de serem necessárias medidas para dar uma resposta urgente à crise climática. -----

----- A preservação dos ecossistemas não diz respeito apenas às espécies que habitam num local, pois o planeta é um sistema único, interligado, e os impactos ambientais têm graves consequências a nível global. A poluição marinha, a desflorestação e os hábitos de mobilidade e de consumo da população ditam o futuro do planeta e das gerações vindouras.-----

----- Segundo dados da ONU, a degradação dos ecossistemas está já a afetar pelo menos 40% da população mundial e prevê-se que, até 2050, 700 milhões de pessoas serão forçadas a migrar devido às alterações climáticas! -----

----- “A Restauração do Meio Ambiente” deve, por isso, ser um dos desígnios a nortear-nos desde já e nos anos vindouros, sendo fundamental que reconheçamos o trabalho desenvolvido por todos os movimentos e associações que diariamente lutam por um ambiente saudável e por um futuro mais sustentável para todas e todos, tal como propomos neste voto. -----

----- Nesta sessão apresentamos também uma recomendação que visa a criação de uma equipa de salvação e resgate animal, e a introdução de um Plano Setorial de Veterinária no Plano de Emergência de Proteção Civil Municipal. Propomos uma equipa composta por profissionais de veterinária e de engenharia zootécnica que garanta o socorro e resgate de animais em caso de acidentes graves e catástrofes,

contemplando também o seu alojamento temporário e a criação ou adaptação de um sistema de procura de detentores.-----

----- Em Lisboa existem vários locais com um elevado número de animais - como é o caso de associações de proteção animal, da Casa dos Animais de Lisboa, de hotéis para animais de companhia, bem como do Jardim Zoológico e do Oceanário - para os quais não existe um plano de emergência articulado nem uma equipa especializada para dar resposta em caso de necessidade. -----

----- Não podemos ignorar o facto de neste país existir um extenso histórico de acontecimentos trágicos a envolver animais em situações de catástrofe, que demonstra não só a recorrente incapacidade do Estado no que toca à prevenção de incêndios, mas igualmente a descoordenação das entidades competentes quanto à capacidade de resposta em situação de auxílio e de salvamento às vítimas. -----

----- Exemplos claros disso foram os fogos de Pedrógão Grande. -----

----- Relativamente aos documentos de outras bancadas, nomeadamente nos referentes ao regulamento geral de proteção de dados, e aos lamentáveis acontecimentos vindo a público a semana passada, é evidente que os acompanhamos. -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, senhores secretários, senhores vereadores e senhores deputados. -----

----- Os Verdes apresentam uma Recomendação sobre a “Revisão da Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa”, que nos relembra que esta carta foi elaborada em 2009, tendo como objectivo garantir os cuidados de saúde a todos os habitantes da cidade. -----

----- Falamos de um instrumento estratégico e sectorial de planeamento, que deve ser articulado com outras estratégias e planos, e que deve ser revisto periodicamente para que a rede pública de equipamentos de saúde seja monitorizada de forma adequada, de modo a colmatar as insuficiências, tendo em conta as novas dinâmicas populacionais e as previsões de evolução. -----

----- Em 2013 foi iniciada essa revisão, prevendo-se a sua conclusão até final de 2018. Uma vez que isso não aconteceu, o PEV pretende, com esta recomendação, que a Câmara Municipal de Lisboa informe sobre o ponto de situação do processo de revisão da Carta de Equipamentos de Saúde, adequa a rede pública às novas dinâmicas e necessidades e conclua, o mais breve possível, essa revisão. Propomos ainda a elaboração da Estratégia Municipal de Saúde, que a Câmara Municipal de

Lisboa já deveria ter elaborado ou actualizado e, por fim, que crie o Conselho Municipal de Saúde.-----

----- Apresentamos também uma Recomendação pela “Preservação dos vestígios arqueológicos no Convento de Santa Joana”, localizado na Rua de Santa Marta. -----

----- Ao longo dos tempos, este convento acolheu diversos fins e instituições e a maior parte do edificado manteve-se até hoje. Em 2014 foi vendido pela Estamo, para uso turístico e habitacional. Desde 2016, decorrem trabalhos arqueológicos, tendo-se descoberto vestígios. -----

----- Assim, procurando proteger e valorizar o património cultural, o PEV propõe que a Câmara Municipal de Lisboa desencadeie o processo de Classificação de Interesse Municipal do antigo Convento de Santa Joana e que, durante o pedido de licenciamento, seja avaliada a necessidade de preservação do património *in situ*, apesar da construção de novos edifícios que venha a ocorrer, visando a criação de um núcleo arqueológico ou espaço cultural.-----

----- Sobre os documentos apresentados por outras forças políticas, e a propósito da recomendação do PSD sobre a Escola de Dança do Conservatório Nacional, recordamos que o Conservatório tem motivado várias iniciativas do PEV, a última apresentada nesta Assembleia em Setembro de 2020.-----

----- Indo ao encontro do que o PEV tem defendido aqui, mas também no Parlamento, entendemos que é preciso ir mais longe e apresentamos uma recomendação para que a Câmara Municipal de Lisboa exorte o Governo para a urgência da reactivação das obras de requalificação; promova o diálogo com a comunidade educativa no que diz respeito à reabilitação do edifício; em conjunto com o Ministério da Educação, avalie e apresente uma solução de espaço unificado que permita assegurar o devido funcionamento da Escola de Dança e que, após a conclusão das obras, garanta as devidas condições para a continuidade do ensino público artístico no edifício Convento dos Caetanos. -----

----- Sobre a recomendação do PPM “O Lixo não é água”, Os Verdes salientam a sua discordância com o princípio do poluidor/pagador, subjacente nesta proposta. Defendemos tarifas mais justas e acessíveis e, em termos de resíduos, a aposta deve ser nas campanhas de sensibilização e na redução dos resíduos. Este é o primeiro passo, ainda antes da reutilização e da separação. Aliás, a política dos R's da sustentabilidade tem uma ordem - reduzir, reutilizar e reciclar - por algum motivo. Sobre a redução de resíduos e a poupança de água, um bem cada vez mais escasso, nem um palavra no documento do PPM. -----

----- Se queremos ter objectivos ambientais sérios, é preciso abandonar de vez a abordagem mercantilista, em que se acha que a solução passa pela introdução de instrumentos económicos com alegados benefícios, fazendo recair sobre os cidadãos uma responsabilidade que não é sua.-----

----- Por fim, sobre a recomendação do PAN para a criação de uma equipa municipal de salvação e resgate animal, Os Verdes estão de acordo com os objectivos, mas a forma de lá chegar levanta-nos reservas. Ainda aguardamos a conclusão da discussão na Assembleia da República e, eventualmente, seria mais prudente a Assembleia

Municipal de Lisboa discutir primeiro se se deve criar essa equipa, como deve funcionar, como se articula, qual o papel da protecção civil, da Casa dos Animais, etc.

----- Sobre a recomendação do CDS relativa à circulação na Av. Rainha D. Amélia, solicitamos que possa ser eliminada a referência à “Assembleia de Freguesia do Lumiar reunida a 30 de Abril” pois não faz sentido neste documento. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, senhores secretários, senhor Vice-presidente senhores deputados. -----

----- No PAOD de hoje, o PCP traz dois temas, o primeiro está relacionado com o Dia Internacional da Criança, a propósito desta efeméride apresentamos uma moção que está alicerçada na Constituição da República Portuguesa e que tem como pano de fundo, a situação de pandemia que vivemos e que agravou as condições de vida das famílias e neste caso particular das crianças assim propomos que a Assembleia possa deliberar sobre um conjunto de condições essenciais sobre as quais o Governo deverá intervir, nomeadamente os serviços públicos, os direitos no mundo do trabalho e as políticas que garantam às crianças o direito a brincar. -----

----- Outro tema que trazemos no PAOD do de hoje e o Comércio Tradicional de Lisboa. Todos sabemos que a epidemia trouxe problemas adicionais, o teletrabalho por um lado que fez com que milhares de trabalhadores que não vivem, mas trabalham em Lisboa deixassem de frequentar e consumir no comércio lisboeta e também a queda abrupta do turismo e o seu impacto indeterminado comércio da cidade, - aliás, ainda na semana passada discutimos e aprovámos aqui um relatório sobre a situação da Baixa da cidade a que referia que a Associação de dinamização da Baixa Pombalina, dizia, por exemplo, a que, cerca de 80% a 90% do Comércio daquela zona da cidade dependia do turismo-. -----

----- Mas esta recomendação não é sobre as consequências da COVID-19, nem sobre as medidas necessária para procurar combatê-las é antes sobre o futuro, muitos dos problemas que o comércio tradicional hoje enfrenta, não são de hoje, não são de agora e pensamos que é impuro tanto que a Câmara Municipal se possa debruçar de outra forma sobre esta matéria. -----

----- As questões essenciais que continuam a afetar o comércio tradicional continuam a ser a perda de população e esta perda de população da cidade está diretamente ligada com as questões da habitação, mas também com os equipamentos e com espaços necessários para as famílias. Tem também a ver com as questões da falta das acessibilidades, a falta de transporte público de alguns pontos da cidade para outros

ou também do ponto de vista do estacionamento junto a espaços de comércio tradicional e ainda o incumprimento da Lei das acessibilidades que permite que, infelizmente, alguns espaço ainda não sejam totalmente acessíveis a todos os cidadãos da cidade.-----

----- Um outro problema que se coloca é a Lei das rendas, obviamente e o seu impacto no primeiro no pequeno comércio que a aliada à especulação imobiliária dos últimos anos colocou em grandes dificuldades, centenas de pequenos comerciantes que viram as suas rendas disparar de forma a quase incontrolável.-----

----- Por fim a abertura de grandes superfícies comerciais que muitas vezes junto a outro comércio tradicional o prejudica de forma determinante. A recomendação aborda também as lojas com história e as dificuldades em torno dos processos, portanto, não só as questões das candidaturas, dos critérios do número de aprovações etc.-----

----- Por fim, a questão dos mercados municipais em 2016 no tal plano municipal que é referido na recomendação, dizia-se que os mercados ofereciam mais de dois mil empregos diretos na cidade mais os empregos indiretos é necessário ter em conta do nosso ponto de vista, as várias dimensões que estes mercados municipais abarcam, a dimensão económica, obviamente, a dimensão social do espaço que são e também mesmo cultural em determinados pontos da cidade, por isso, pensamos que há que planear ir mais longe, não só em termos de estudo da localização onde é que estão os residentes e que tipo de hábitos de consumo e que tem, da população empregada que sabemos que também é determinante para estas questões não só dos mercados municipais, mas do comércio tradicional em geral e mesmo das dinâmicas do turismo e não procurar criar um comércio para dar resposta ao turismo, mas antes criar um comércio que seja atrativo pela sua especificidade pelo facto de ser o único e diferente e dessa forma conseguir atrair turistas.-----

----- Sobre os restantes documentos hoje no PAOD, o PCP irá votar favoravelmente muitos deles, mas gostaríamos apenas deixar algumas notas. Sobre as diferentes sobre as diferentes propostas sobre os dados pessoais e a realização de manifestações sublinhamos a enorme gravidade desta situação e obviamente, a necessidade de não poder voltar a acontecer, não tendo sido um ato singular como foi dito pelo senhor Presidente é importante que se saiba quem quando e porquê foram instituídos estes procedimentos, naturalmente que não estamos de acordo com algumas considerações feitas na algumas destas propostas, nomeadamente sobre as pessoas e países em causa e daí não aprovarmos todas as questões que aqui vem de igual forma. Para o PCP este caso inscreve-se numa crítica muito mais vasta a outros domínios de gestão e ação e é nesse quadro que entendemos ser necessário uma alternativa para a cidade.-----

----- Relativamente à Recomendação 150/03 do PPM sobre “O lixo não é a água”, iremos votar contra, exatamente pelas mesmas razões que o Partido Ecologista, Os Verdes acabou de enunciar portanto, não vou repetir, portanto, consideramos que não podem ser os consumidores a ficarem com o problema.-----

----- Por fim sobre a Recomendação 150/05 do PSD e sobre o Conservatório Nacional, gostaríamos de sublinhar a nossa posição de sempre nesta matéria, aliás, na



mesma sessão em que foi aprovada por unanimidade a moção do PSD que está referida na vossa proposta, foi também aprovada por unanimidade, uma recomendação do PCP com o tema pela Valorização e Defesa do Ensino Artístico Especializado no Conservatório Nacional e esta referência à nossa recomendação consubstancia a nossa votação contra o vosso documento. As instalações do Conservatório são responsabilidade da Parque Escolar e não da Câmara Municipal e é nesse quadro que deve ser feita a exigência, abdicar o fazer e passar para a Câmara e de os responsabilizar, é evidente que a câmara deve procurar ajudar o Conservatório a se a ARS no sentido de se encontrar uma solução, mas sempre no quadro da tutela que é, aliás, a quem se dirige a Carta da Associação de Pais constante na recomendação hoje em debate.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado André Couto do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, André Couto (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Secretário, obrigado pelo convite. -----

----- É uma honra poder estar aqui neste nosso Fórum a debater o tema do momento na cidade.-----

----- Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, caras e caros colegas deputados municipais, há pontos em que estamos de acordo! A partilha de dados pessoais de que se manifestam contra o regime russo foi inadmissível, inaceitável num estado democrático a visão que o Partido Socialista pratica e defende estas liberdades não é compatível com erro administrativo que se sucedeu na Câmara Municipal de Lisboa. --

----- Estamos de acordo que a responsabilidade política tem uma dimensão objetiva que, por vezes não é justa, mas que neste caso se aplica, mesmo quando é um Presidente com o longo historial de defesa da liberdade a ver os seus serviços a tentarem involuntariamente acreditamos contra tanto que já fez. Um Presidente de Câmara Municipal é responsável pela negligência dos seus serviços e é essa responsabilidade que lhe deve ser atribuída, nisto estamos de acordo! -----

----- O que nos separa é que só não é legítimo como inaceitável e vergonhoso é que insatisfeitos com essa atribuição, a qual o Presidente imediatamente assumiu, se atribua conhecimento má-fé e se lavrem as mais diversas teorias da conspiração sobre o assunto com base em puro eleitoralismo, interesse político alheio à cidade e aos prejudicados.-----

----- Este discurso senhores deputados, o que vos reconheço, alguns de 4 outros de 8 e outros de 12 anos de trabalho nesta casa que já levo convosco, é fruto da época que vivemos não há discurso típico vosso ou da maioria de vocês. -----

## Draft

----- Este discurso não é de veste vossa e quem veste este discurso é bem melhor a fazê-lo do que os senhores acreditem e ao muito me engano ou os anos nos vai mostrar como este discurso seguirá contra vocês o palco e legitimidade que estão a dar a ataques deste tipo totalmente desprovidos de base e do conteúdo fará aqui, quando forem os senhores as vítimas e esse dia chegará e já não haja como negar.-----

----- Ao pretenderem que o Partido Socialista seja refeito e acusações falsas e infundadas repetindo mentiras até à exaustão, estará a abrir o caminho que mais dia menos dia vos espera. -----

----- Este foi senhores deputados, um erro de rotina burocrática e basta, porque já foi grave, não foi mais do que isso! -----

----- Se os senhores deputados a fim de tantos anos nesta casa ainda não perceberam isso, das duas uma ou estão de má-fé o deram por muito mal empregue o vosso tempo e trabalho em comissões e plenários. -----

----- O Presidente que Municipal de Lisboa liderou de forma exemplar com este processo, poucos políticos o fariam tão rápido aquilo que ele fez, em pouco mais de doze horas tomou conhecimento dos factos analisou o que se passava, contactou os manifestantes apresentando desculpas e fez uma conferência de imprensa apresentando desculpas públicas, alterando procedimento e anunciando a abertura do inquérito interno de apuramento de responsabilidades que decorre célebre.-----

----- Nenhum dos senhores, repito, nenhum dos senhores teria feito mais do que isto e a maioria nem sequer teria feito metade! -----

----- O PS não foge às suas responsabilidades em nada, os senhores deputados às forças políticas que alguns de vós representam não se podem orgulhar do mesmo nos últimos anos. Com o PS a culpa se existe não morre solteira, nem se atribui a sabor de interesses eleitorais e das conveniências e ódios do momento, apura-se primeiro explica-se depois de realizados os devidos procedimentos. -----

----- Mas há mais ainda senhores deputados, digam-nos, um político, um só político dentro dos vossos quadrantes que tenha atacado tanto a Rússia como o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa fez nos últimos anos. Isto é público nos seus escritos, é público nos seus comentários e se esses não bastarem basta puxarem pela vossa memória, honesta já agora, e se conseguirem digam como conjugam as mentiras que andam a fabricar, com facto de Fernando Medina ter dado honras de receção nos Paços do Concelho, a Svetlana Tikhanavskaya.-----

----- Nessa altura, não vi os senhores deputados tão preocupados com a integridade dos ativistas dos mais diversos pontos do globo, aliás, alguns dos senhores estão próximos de serem negacionistas de várias causas e da sua história e é hilariante ver alguns de vós em manobras de contorcionismo para a qual não tem a mais pequena agilidade!-----

----- Mas é a coligação que na Europa vota contra os que defendem o apoio aos migrantes do Mediterrâneo que quer dar lições sobre manifestantes e direitos humanos em Portugal? Mas melhor ainda não, não é porque essa mesma coligação depois tem gente sensata e com noção que defende que, mesmo na oposição que Fernando

Medina não sabia do que se passava, como foi o caso e muito bem, do Vereador João Gonçalves Pereira. -----

----- Fernando Medina afirmou Lisboa quando uma cidade livre e amiga dos que lutam pela liberdade nem dos senhores conseguirá a pagar isto por mais que se esforce por mais s que destila ódio, Lisboa conhece as vossas posições e salvo exceções os senhores são os últimos a levantar a voz pelos direitos humanos e pela defesa dos mais fracos e oprimidos, seja social seja politicamente. -----

----- Os senhores têm dois grandes problemas e com isto vou terminar, o vosso primeiro problema senhores deputados é fome! Fome de poder de cidade que há muitos anos vos escapa. -----

----- O segundo problema senhores deputados é desespero porque percebem que não se avizinha que essa fome termine em setembro. Nós somos amigos e deixamos aqui o nosso diagnóstico, não se avizinha que esse período termina exatamente porque os senhores se comportam assim, de forma baixa, a rastejar no nível zero da ética, no nível zero da política e ainda pior no nível zero da reflexão e das propostas sobre a cidade, isto é Lisboa sabem? É de Lisboa que estamos a bater e no debate sobre a cidade, os senhores têm primado sempre pela ausência! Lisboa ao contrário daquilo que possa achar que não é o vosso umbigo, não é as vossas ambições políticas. -----

----- Exatamente, Senhor Secretário, aqui estou senhor secretário e estará o PS pela Lei da Liberdade e pelo bem de Lisboa. -----

----- Muito obrigado pelo convite.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado é que se fez de convidado!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José António Borges do Partido Socialista.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal, José António Borges (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Vice-presidente, senhores e senhoras vereadoras. -----

----- Gostava de em nome do Grupo Parlamentado do partido dar uma nota sobre a Recomendação 08 do Bloco de Esquerda relativamente à EGEAC, dizer que, uma nota importante a Câmara Municipal de Lisboa e as empresas municipais têm feito um trabalho muito importante de regularização dos vínculos laborais nos últimos anos, aliás, tal como o Governo do Partido Socialista na medida do PREVPAP – no Plano de Regularização dos Vínculos na Função Pública - também sedimentado nas empresas municipais de Lisboa e que como é sabido, sempre que se recorre a regimes e soluções de *outsourcing* exige-se o respeito das normas aplicáveis em matéria de direitos, de matérias sociais, laborais, ambientais e de igualdade de género e que estas matérias também são respeitadas sempre que a EGEAC lhes recorre. -----

----- Lembrar que, no ano 2019 foi levado a cabo um extenso processo requalificação profissional e harmonização salarial na EGEAC, que visava a correção de situações

diferenciadas que se verificavam em algumas carreiras e categorias profissionais e que foram também corrigir as situações de precariedade que ainda subsistiam em alguns equipamentos e reforçar as equipas. Hoje em dia a EGEAC já conta com cerca de 339 trabalhadores com vínculos sólidos. -----

----- A EGEAC promove também o trabalho e proporciona rendimentos agentes culturais, que permiti suster este vital frágil setor na cidade no desenvolvimento política laborais e sociais e que permite à EGEAC ser uma empresa apelativa e onde se gosta e se tem gosto em trabalhar e aonde os agentes culturais procuram conseguir trabalhar. Por isso ao contrário do que os senhores dizem no Ponto 4, a EGEAC não promove os contratos em regime de *outsourcing* agora, tal como o Partido Socialista nada nos motiva contra o *outsourcing* na medida em que ele faça sentido nalguns casos e se adequo à prestação a prestação que se procura fazer e nesse sentido o voto do Partido Socialista será uma abstenção.-----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Começamos por dizer que o erro cometido pela Câmara Municipal de Lisboa com a partilha dos dados dos manifestantes terá consequências na vida de muitas pessoas cuja informação foi partilhada, mais grave é que ficamos a saber que esta prática era comum.-----

----- Sabemos hoje que, desde 2011, todas as manifestações realizadas em Lisboa expuseram informação dos seus promotores e isto é gravíssimo, quando pensamos que sindicalistas e trabalhadores foram denunciados aos seus patrões, ativistas foram denunciados embaixadas de países com regimes autoritários, na prática, a Câmara pôs em causa a liberdade e a privacidade, de quem se manifesta pelos seus direitos e isto é inadmissível.-----

----- Fernando Medina já veio dizer que realizará uma auditoria ao que aconteceu no passado, mas é preciso garantir que ninguém foi prejudicado por esta prática e apurar todos os factos, garantindo que nunca mais se repete.-----

----- Relativamente à Moção que hoje aqui trazemos, o impacto da crise sanitária nas atividades culturais trouxe à luz do dia dura realidade laborar no setor da Cultura há décadas dominado pela normalização da precariedade com os falsos recibos verdes, empresarialização forçava e externalização de trabalhadores. Estas práticas foram promovidas ano a ano pelas instituições públicas, elas próprias e se não forem estas instituições públicas a mudarem agora radicalmente o seu comportamento neste momento crítico, tudo ficará na mesma.-----

----- Não é apenas Serralves e Casa da Música para promovem vínculos precários, trazemos hoje esta Assembleia resultado de uma investigação a uma pequena parte da rede de empresas *outsourcing*, trabalhadores da Cultura, que desempenham funções de frente sala, onde o seu denominador comum é existirem à custa ora do orçamento Municipal, ora do orçamento Estado.-----

----- O relatório já é público, mas gostávamos aqui de o distribuir aos diferentes Grupos Municipais e à Direção da Cultura, bem como à EGEAC, porque isto é um belo retrato de precariedade que o Município promove há anos na cultura. Analisando todos os contratos que apenas estas quatro empresas - há muitas mais – celebraram com a EGEAC, são mais de 700.000 euros que foram atribuídos para externalizar em trabalhadores em funções de frente de sala apenas nos últimos anos. Através destas quatro empresas é possível verificar no Portal da Contratação Pública uma vasta rede de estruturas públicas por onde estas empresas vão saltitando, trocando de contratos e trabalhadores, com uma diferença de contrato em contrato, as condições salariais dos trabalhadores saem sempre a perder, porque alguém tem de ganhar com este negócio. -

----- Os contratos definem obrigações dos trabalhadores para com as empresas ou entidades culturais onde são colocados, é conhecida a sua ligação a cada instituição bem como o seu posto e hierarquia, o que não é reconhecido é um direito básico o contrato de trabalho.-----

----- Questionada pelo Jornal Público sobre as conclusões deste relatório, a empresa afirmou que a EGEAC não recorre *outsourcing* para preencher qualquer função de natureza permanente!-----

----- Proponha o seguinte exercício à Presidente da EGEAC. Imagine que vai a um concerto, ao teatro, ao circo, a um espetáculo de dança, ao museu, a um momento ou a uma galeria, se aquela equipa dos frentes de sala aos artistas mediadores e técnicos não estivesse naquele lugar naquele horário, poderia desfrutar de qualquer uma dessas atividades? O problema é que este relatório apenas a ponta do iceberg, porque depois dos frentes de sala temos os mediadores, empregadas de limpeza, técnicos e sim também artistas que são sucessivamente subcontratadas, através de várias empresas. ---

----- A discussão não é nem pode ser, por uma questão de dignidade democrática se empresa municipal está ou não obrigada a reconhecer estes trabalhadores e dar-lhes a dignidade de um contrato de trabalho. A discussão não pode ficar-se pelo eterno mito de que o trabalho na cultura perene, fugaz onde ninguém come nem dorme, a discussão tem que ser sob o exemplo de que Lisboa deveria ser para mudar esta realidade e um dia talvez esta Assembleia consiga abordar também a vergonha que é o recurso sistémica ao trabalho voluntário promovido a festivais de Lisboa. -----

----- A precariedade serviu de motor para colocar o orçamento Municipal da Cultura ao serviço de empresas rentistas e sem mérito, que ficam com uma parte do orçamento das instituições culturais que poderia ser investido em melhorar a situação laboral dos trabalhadores recrutados através delas, este é o trabalho falta fazer!-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- O CDS-PP queria usar da defesa da honra em função da intervenção do Partido Socialista, portanto, o CDS tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Peço Desculpa, já tinha feito sinal aquando a intervenção do Senhor Deputado José Borges e penso que não vieram, mas é defesa da honra em relação àquilo que foi a intervenção do Deputado André Couto e de uma forma muito rápida, em primeiro lugar, porque uma mentira dita muitas vezes que ela passe a ser verdade e quando o Senhor Deputado falou de que alguém votou contra Salvamentos do Mediterrâneo olhou diretamente a Bancada do CDS e, portanto, não podia deixar em branco! O que aconteceu não foi exatamente isso, o CDS tinha uma proposta alternativa no Parlamento Europeu e essa sim, votou a favor e, portanto, não vale a pena dizer mentiras e quer colar o CDS a mentiras quando a verdade é esta e ela é claríssima. -----

----- Depois sobre aquilo que foi o tom particular no final da intervenção do Deputado André Couto, nós não teremos aqui tempo para o qualificarmos, mas dirá muito mais dele e da bancada dele do que propriamente a nossa! -----

---- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- O MPT não tinha pedido a defesa da honra, pois não? Só pediu agora! Mas a defesa da honra em função da intervenção do Partido Socialista, faz favor, depois terei que dar naturalmente ao Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra: -----

----- “Senhor Presidente não há defesa da honra é mesmo agora e é só para dizer Senhor Deputado André Couto, - não sei se ainda está por aqui ou não, penso que não que já se foi embora – para lhe dizer que a sua forma de se expressar aqui relativamente aos partidos da oposição, não é a mais correta, já disse isto mais do que uma vez, o Senhor refere que nós somos amigos, não sei se somos amigos ou não, mas, pelo menos, temos que nos respeitar uns aos outros! -----

----- Eu gostava só de dizer para que se saiba, se há político que teve a mais intervenções relativamente à Rússia, fui eu! Eu faço parte de uma lista negra de políticos europeus, juntamente com *Guy Verhofstadt* que criticaram a Rússia relativamente à anexação da Crimeia e à violação territorial da Ucrânia e, portanto, eu faço parte dessa lista, não acredito que o Senhor Presidente Fernando Medina faça parte de alguma dessas listas, portanto, eu gostaria que da próxima vez tivesse mais tento na forma como se dirigeaos Deputados. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- O PS pediu a palavra para um protesto.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS )**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção de protesto: -----  
----- “O Senhor Presidente, Senhores Deputados, o PS protesta não porque sente a sua honra ofendida, mas porque entendemos que, na verdade, nós não vimos aqui nenhum tipo de defesa da honra feita pelos partidos da oposição. Nós não só não a vemos como eu peço desculpa, Senhor Presidente, limitar-me-ei olhar para vossa Excelência para que ninguém se sinta ofendido na sua honra e, portanto, isto para dizer que o senhor Presidente não vão fechar os meus olhos, com a expectativa de que nenhum dos membros da Mesa se sinta ofendido por eu estar a olhar, mas eu quero garantir que estou só a olhar para o Senhor Presidente. -----  
----- E também para dizer que quanto aos outros membros desta casa e aos outros Senhores Deputados desta casa que, estão em listas negras, quero quer e querem crer, que não foi por causa do Município de Lisboa ou não é por causa do Município de Lisboa ou por nenhuma intervenção feita nesta casa, que passarão a estar ou que deixarão de estar! -----  
----- Nós, de facto, somos amigos, mas a política, apesar da amizade que nos une não é feita ao redor de uma mesa é feita de um debate político e é para isso que nós aqui estamos e aquilo que nós continuamos a perceber é que por parte da oposição e de aquela que acabou de utilizar da palavra, utilizando o expediente regimental, ela consubstancia Senhor Presidente, em zero e este é o protesto do PS. -----  
----- É que, perante uma intervenção de conteúdo político do Partido Socialista, a oposição, alguma desta oposição vem aqui dizer que se sentiu ofendido na sua honra e verificou-se que se consubstanciava, Senhor Presidente em zero! -----  
----- Obrigado!” -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente: -----  
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Independente Rodrigo de Mello Gonçalves.” -  
----- **O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo de Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Vice-presidente, Senhores Deputados Municipais. -----  
----- A questão da proteção de dados pessoais e a sua transmissão ilegal a terceiros é uma questão grave e séria e que merece atenção e preocupação por parte desta Assembleia Municipal enquanto órgão fiscalizador da Câmara. -----  
----- Convém lembrar aqui hoje que em 2018 foi criada uma equipa para implementação do RGPD na Câmara, que foram contratados serviços externos para ajudar à implementação por mais de 100.000 euros nos últimos 2 anos e que a Proposta 542/CM/2019 do Gabinete do Senhor Vice-presidente que aprova Programa de Proteção de Dados Pessoais do Município de Lisboa, dizia no seu Ponto 4, o

seguinte: “decorreu um ano desde a criação da equipa de projeto para a implementação do RGPD, durante o qual foi efetuado com recursos internos corretamente tratamentos de dados pessoais e com recursos externos foi concluído o diagnóstico de conformidade do Município com o RGPD e as regras de Proteção de Dados Pessoais, tendo sido identificadas desconformidades, problemas, riscos, etc.”--

----- É preciso pois perceber o que se passou e o que é que falhou, é preciso, sobretudo que não se repita, para tal, precisamos de informação e daí a recomendação que trago hoje a este plenário.-----

----- Informo ainda que votarei favoravelmente todas as recomendações que há sobre esta matéria.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Independente, Paulo Muacho.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito boa tarde!-----

----- Este caso da partilha dos dados de manifestantes é grave e sério, e deve fazer-nos agir, para nós a defesa dos direitos humanos é uma questão de princípio, não negociável e sabemos que para a Câmara Municipal de Lisboa também o é.-----

----- Neste momento, aquilo que esperamos é que a Câmara Municipal de Lisboa finalize a auditoria que anunciou e que preste de uma forma transparente toda a informação à Assembleia Municipal de Lisboa e aos lisboetas.-----

----- Mas esperamos também que a Câmara dê, aliás, como inclusivamente já foi anunciado todo o apoio necessário aos manifestantes e em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, este para nós é um daqueles momentos em que se impõe ir mais longe na garantia da confiança dos cidadãos de Lisboa e dos que defendem a partir de Lisboa, a liberdade e a democracia nos seus países.-----

----- Um passo importante nesse sentido é para nós a criação em Lisboa de uma Provedoria dos Direitos Humanos e a adesão da cidade à rede internacional de cidades refúgio, uma organização de cidades e regiões que oferecem refúgio a escritores e artistas em risco, tendo em vista promover a liberdade de expressão, a defesa dos valores democráticos e a solidariedade Internacional.-----

----- Lisboa deve ser um Porto seguro para todos aqueles que defendem a liberdade e a democracia no mundo.-----

----- Obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.”-----



----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Independente Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Vice-presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- A situação ocorrida com a violação de preceitos relativos a direitos fundamentais designadamente proteção de dados pessoais, é manifestamente grave e merece toda a investigação e apuramento de responsabilidades, o que não parece curial é que neste momentos se ponham documentos à votação, particularmente no momento em que estes factos poderão e deverão ser investigados pela autoridade de controlo competente que é a Comissão Nacional de Proteção de Dados.-----

----- Uma deliberação da Assembleia Municipal - terminarei já - uma deliberação da Assembleia Municipal que é um órgão representativo do município, poderá pôr em causa todo o julgamento de uma autoridade de controlo no qual eu confio, - eu confio da Comissão Nacional de Proteção de Dados -, poderá por em causa todo o julgamento e as posições que o Município de Lisboa apresentará. Até porque, as deliberações de hoje poderão ser contraditórias com o apuramento dos factos e podem evidenciar fragilidades na posição do Município de Lisboa.-----

----- Portanto, manda a prudência, manda o sentido da responsabilidade que, mande apurar aos factos e que sujeite os mesmos ao julgamento do competente regulador.-----

----- Nessa medida não poderei aprovar as propostas que aqui são apresentadas votando apenas um ponto da recomendação do Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves, por razões óbvias que diz respeito ao setor empresarial local.-----

----- Mais responsabilidades senhoras e senhores deputados.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Deputado Luís Newton, pretende protestar em relação à intervenção do Senhor Deputado Rui Costa, faça favor!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção de protesto:-----

----- “Senhor Presidente, em nome da Bancada do Partido Social Democrata, dar nota que queremos apresentar um protesto relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rui Costa, porque entendemos que a intervenção do Senhor Reputado Rui Costa vem no sentido de cercear aquilo que são inevitáveis capacidades de ação fiscalizadora que esta Assembleia deve ter.-----

----- Em momento algum, pode a Assembleia Municipal vê-se impedida de desenvolver qualquer tipo de iniciativa política, em função de qualquer investigação de qualquer órgão que esteja a decorrer. E ideia que um deputado municipal pode vir a esta casa, sobretudo com o facto de estarmos inclusivamente a ter o público a ouvir-

nos, e dizer o que disse, é algo que só podemos repudiar e que merece o nosso mais veemente protesto, em momento algum as competências de discussão política nesta Assembleia Municipal podem ser retiradas, em momento algum!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Rui Costa em resposta ao protesto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Deputado Luís Newton com toda a estima que tenho por si e é muita, permita-me que lhe diga uma coisa. Em tempos, eu propus a esta Assembleia até em sede de regimento a possibilidade de haver comissões de inquérito na Assembleia Municipal, Proposta como sabe, aliás, foi chumbada, portanto, nessa matéria o Senhor Deputado não me dá quaisquer lições, nem terá quais queres ilações, daquilo que eu possa estar a dizer! -----

----- O que lhes estou a dizer é uma coisa diferente, neste momento, eu acho que a Assembleia Municipal deve apreciar, acho que o momento é grave, acho que a situação é grave, agora, acho que não podemos é fazer nenhuma votação formal que possa pôr em causa a apreciação no momento próprio pela Comissão Nacional Proteção de Dados ou comprometer a posição do Município. Estas são questões muito complexas e já agora até se faz uma correção, a dar-lhe razão! Senhor Deputado não foi com o RGPD que o município já vinha infringindo isto, esta questão já infringe a regulamentação anterior ao RGPD. -----

----- E, portanto, isto são matérias demasiado complexas e greves, para que possam ser objetos de juízos sumários, quanto mais com a tomada de deliberações, como disse, que podem comprometer ação e o julgamento da Comissão Nacional de Proteção de Dados. -----

----- Portanto, mantenhamo-nos serenos, eu também faço aqui uma condenação do que se sucedeu, como o Senhor Deputado fez, entendo é que não devem ser votados, neste preciso momento documentos sobre esta matéria sem que a CMPD ponha em marcha o seu julgamento e a Câmara ofereça a resposta que trará de oferecer à Comissão Nacional de Proteção de Dados.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Penso que está concluída, penso que agora o Senhor Deputado Miguel Graça, finalmente, pode usar da palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, Senhor Vice-presidente, Caros colegas Deputados e Deputadas. -----

----- Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa, apresentam nesta sessão duas recomendações, uma denominada “Habitação, um direito para

todos” que recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que Prosseguir com a contínua defesa da Habitação no cumprimento da Lei de Bases da Habitação, tendo como elemento central o aumento do Parque Público.-----

----- O incremento da Reabilitação e Nova Construção, com envolvimento de Cooperativas de Inquilinato e Parcerias Público-Comuns e a previsão de uma quota destinada a habitação a custos acessíveis, assim como de espaços de co-work em habitação municipal.-----

----- A apresentação da Carta Municipal de Habitação de Lisboa, cuja elaboração está em curso. -----

----- A integração do conceito de Habitat, como um direito de todos e todas. -----

----- E estudo da implementação de novos programas de reabilitação do edificado não público para melhoria das condições de habitabilidade. -----

----- Apresentamos ainda uma recomendação sobre “Direito à Liberdade de Manifestação”, como sabem o contexto é conhecido, não o vou repetir, mas dizer apenas que na sequência destas notícias, a Câmara Municipal de Lisboa através do seu Presidente Fernando Medina, assumiu as suas responsabilidades e fez um pedir desculpas públicas às pessoas visadas. -----

----- Mais acrescentou que na sequência destes acontecimentos, a Câmara Municipal alterou os procedimentos a seguir, tendo sido assumido pelo município a averiguação imediata de todas as situações idênticas, o apuramento das responsabilidades e consequente atuação. -----

----- Sabemos que tudo isto constitui um abalo significativo na confiança das pessoas que acreditam que o exercício da cidadania e direito ao protesto é feita forma livre e segura. -----

----- É fundamental a recuperação da credibilidade e confiança, para isso é essencial que a Câmara Municipal de Lisboa faça o que é preciso fazer agora; auditoria, responsabilização e reorganização dos serviços orientação claras que são, isto não acontecerá de novo.-----

----- Assim apresentamos esta iniciativa que recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que:-----

----- Pugne pelo rigoroso cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados;--

----- Seja de celeridade no esclarecimento toda a dimensão deste problema promovendo uma auditoria; -----

----- Que assuma a responsabilização pelo sucedido e reorganização dos serviços de acordo com as conclusões obtidas;-----

----- Que preste toda a informação e colaboração à Assembleia Municipal na avaliação da implementação da política proteção de dados;-----

----- Defenda junto dos competentes Órgãos de soberania, a revisão da legislação relativa a esta matéria, nomeadamente o Decreto-Lei 406/74 que regula procedimentos comunicação da realização de manifestações; -----

----- Informe a Assembleia Municipal e a cidade de Lisboa de todas as medidas e alterações de procedimentos já adotadas ou a adotar para impedir situações análogas.--

----- Aproveitamos também para declarar que votaremos contra o voto de protesto conjunto do PSD, CDS-PP, MPT e PPM, pois, apesar de como outras iniciativas indicar preocupações justas e corretas tem claramente o ator persecutório e está movido pela má-fé de tal forma que nos escusamos a comentar. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal, João Paulo Saraiva. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos, Senhores Deputados, Senhor Presidente. -----

----- Para mim é sempre surpreendente, mas, de facto, isto eventualmente, tem a ver com alguma ingenuidade da minha parte, quando ou alguns dos senhores deputados, normalmente, reclamam de uma qualquer situação da qual e, bem consideram que deve haver investigação sobre ela, reclamam sobre a necessidade de se fazer um inquérito, de se apurarem os factos, eu subscrevo inteiramente, aliás, acho que todos aqueles que eu ouvi intervir, todos concordamos que é preciso apurar os factos. -----

----- Depois o que se torna estranho é que os senhores queiram tirar conclusões antes dos factos apurados e, portanto, o que eu vos pedir, eu sei que, como já alguém referiu os tempos não são para grandes calmas, aliás, alguns dos senhores, eu percebo que o nervosismo os começa a atacar, porque a falta de propostas, normalmente, e a falta de ideias impele alguma forma de estar na política para tentar encontrar tudo aquilo que, de facto, não correu bem, e isso foi reconhecido por todos e desde logo o primeiro responsável - como já aqui foi sublinhado - e de imediato se procedeu a este levantamento e apuramento dos factos. -----

----- Também desde logo em nome da instituição, o Senhor Presidente da Câmara assumiu a responsabilidade da instituição sobre o tema e, portanto, isso não está em dúvida, não há aqui ninguém a querer fugir a nenhuma responsabilidade. Há aqui uma intenção clara de apurar os factos e daí extrair conclusões sobre os factos. -----

----- Eu não vou adiantar absolutamente nada, porque também não tenho por feitio, apesar de como compreenderão todos fomos mergulhar sobre o tema, alguns temos as nossas ideias há uma auditoria independente a decorrer, elas terá as conclusões, quando tiver as suas conclusões serão apresentadas e depois, vamos debatê-las. -----

----- O que esta situação traz de singular é que ela, de facto, tem sido pretexto para a direita que se organizou em coligação atacar a euro viabilidade de um conjunto de pessoas, nomeadamente do Presidente da Câmara de forma inadmissível! Porque eu tenho dúvidas, aliás, ainda por cima, eu sei porque os conheço e tenho um grande respeito por muitos dos senhores deputados os conhece melhor, evidentemente, - porque é difícil ter respeito e admiração por quem não se conhece bem -, mas alguns

dos senhores têm formação jurídica e a utilização do termo delação não está desprovida, quer dizer para um por um qualquer leigo com pouca formação que não tenha nenhuma aproximação às questões jurídicas, eu percebo que até possa utilizá-lo da forma enganosa, agora alguns senhores com responsabilidades que tem utilizar a palavra delação e querer insinuar e até a afirmar que o Senhor Fernando Medina e a sua equipa estão ao serviço de uma qualquer em regime de uma qualquer situação mais ou menos persecutória só por anedota! Mas eu até vos peço por favor, que continuem nesse registo, porque ele é de tal forma absurdo que até ajuda a perceber quais são as vossas verdadeiras intenções sobre este tema.-----

----- Penso que não ficaria bem com a minha consciência se não dissesse aqui, que este trabalho apesar desta situação que vem manchar claramente aquilo que foi o nosso trabalho e o trabalho de toda esta gente, mas ainda assim, porque eu prezo muito o trabalho dos trabalhadores do município que nesta matéria, uma equipa de mais de 200 pessoas levantam a longo dos últimos anos os principais processos, os processos críticos do ponto de vista da proteção de dados, infelizmente, por algo que se vai apurar - acredito eu - não levantou este. E todo um conjunto de mais de 280 processos de atividades de proteção de dados foram levantados, foi feito um programa de melhorias com cerca de 200 melhorias, houve intervenção em mais de 180 formulários onde se recolhem dados pessoais. Foram feitas milhares de horas de formação sobre este tema, isso resultou do esforço e do trabalho de uma equipa do município que não tendo corrido tudo bem como é patente e óbvio fez um esforço enorme, trabalhou muito num processo de uma organização que é gigantesca, que têm processos uns mais recentes e outros mais antigos e que obviamente, não tem, como não tem a administração pública portuguesa, como não tem a sociedade portuguesa, uma cultura de proteção de dados, que ela é emergente, não a tem, no fundo intrínseca, não a tem e é preciso trabalhá-la.-----

----- Por esse facto, fizemos alguns milhares de horas de formação sobre esta matéria e o trabalho foi extenso, havia muitos processos que, aliás, eu com a aprovação daquilo que são algumas das propostas que estão aqui a ser apresentadas para que se conheça melhor aquilo que foi todo este trabalho, vamos todos ter a oportunidade de perceber como foi profundo e como foi bem elaborado o trabalho de proteção de dados. -----

----- E depois deixem-me dizer uma coisa. Este trabalho foi reconhecido por todos nós em vários momentos quando e foram aqui referidas algumas propostas, quando estas propostas foram aprovadas, nomeadamente algumas semanas atrás, quando, por uma larga maioria e apenas com as abstenções do PSD, foi aprovado o relatório e novo mandato para a nossa equipa de proteção de dados e, portanto, todas as informações que tínhamos e que temos, até com exceção deste processo foram no fundo sancionadas por todos, obviamente que a falta de respeito, de facto, é algo que está intrínseco nalgumas pessoas, que se aproveitam, do facto de terem um microfone aberto para violarem aquilo que são regras básicas da democracia e tentarem interferir em cima daquilo que são as intervenções dos outros, não se preocupe senhor deputado

que, nesta como todas as circunstâncias, nós defenderemos intransigentemente o meu e o seu direito de ter a palavra.-----

----- Muito obrigado! -----

----- Assim, como de qualquer cidadão português ou de outra nacionalidade qualquer que se venha a manifestar nesta cidade, como, aliás, foi patente e é historicamente um ativo do Partido Socialista, desta maioria e da esmagadora maioria de muitos dos que estamos nesta maioria que lutámos em diversos momentos para que seja possível, de forma ativa dizer o que pensamos e exercemos o direito à manifestação, como aliás, muitos dos vários quadrantes que aqui estão podem reconhecer! Ele em voz e vocês em todos nós que estamos deste lado e que somos protagonistas do lado do Executivo no Município de Lisboa. -----

----- Portanto, é inadmissível que só por um oportunismo político venham pôr em causa que existe alguma intencionalidade na situação que está criada e que já corrigimos, vamos monitorizar e continuaremos a corrigir sempre que algo possa acontecer e tudo faremos para que não volte a acontecer. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Vice-presidente.” -----

----- **VOTO 150/02 (PAN) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN e MPT) - Voto de Saudação “Ao Dia Mundial do Ambiente”;**-----

----- (O Voto 150/02 fica anexado à presente Ata como Anexo I e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação do **Voto 150/02 (PAN)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto 150/02 (PAN)** foi aprovado por **unanimidade**. -----

----- **VOTO 150/03 (PSD/CDS-PP/MPT/PPM) – Nova Versão – (Subscrito pelos Grupos Municipal do PSD/CDS-PP/MPT/PPM) - Voto de Voto de protesto pela entrega, por parte da CML, de dados pessoais de manifestantes a autoridades estrangeiras;**-----

----- (O Voto 150/03 (PSD/CDS-PP/MPT/PPM) fica anexado à presente Ata como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar à votação do **Voto 150/03 (PSD/CDS-PP/MPT/PPM) – Nova Versão**. Votos contra do PS, PCP, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro, abstenções do PEV, votos a favor do PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais

Independentes, Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves. O **Voto 150/03 (PSD/CDS-PP/MPT/PPM) – Nova Versão** foi **rejeitado**. -----

----- **Moção 150/01 (CDS-PP) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP) - “Garantir o regular funcionamento do Museu Nacional de Arte Antiga”;** -----

----- (A **Moção 150/01 (CDS-PP)** fica anexado à presente Ata como Anexo III e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação da **Moção 150/01 (CDS-PP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Moção 150/01 (CDS-PP)** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- **Moção 150/02 (PPM) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do MPT) - “Salvem os Museus de Lisboa”;** -----

----- (A **Moção 150/02 (PPM)** fica anexado à presente Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação da **Moção 150/02 (PPM)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Moção 150/02 (PPM)** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- **Moção 150/03 (PCP) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP) - “Dia Internacional da Criança – o Direito das Crianças a crescerem felizes”;** -----

----- (A **Moção 150/03 (PCP)** fica anexado à presente Ata como Anexo V e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Moção 150/03 (PCP)**. Não há votos contra, abstenção do PSD e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 1 da Moção 150/03 (PCP)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Moção 150/03 (PCP)**. Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul

Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 2 da Moção 150/03 (PCP)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 3 da Moção 150/03 (PCP)**. Votos contra do CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, abstenção do MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 3 da Moção 150/03 (PCP)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- **Recomendação 150/01 (PEV) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do PEV e pelas Deputadas Municipais independentes Ana Gaspar, Joana Alegre e Teresa Craveiro) - “Revisão da Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa”;** -----

----- (A **Recomendação 150/01 (PEV)** fica anexado à presente Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 150/01 (PEV)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 150/01 (PEV)** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- **Recomendação 150/02 (PEV) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do PEV) - “Preservação dos vestígios arqueológicos no Convento de Santa Joana”;** -----

----- (A **Recomendação 150/02 (PEV)** fica anexado à presente Ata como Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 150/02 (PEV)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 150/02 (PEV)** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- **Recomendação 150/03 (PPM) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do PPM) - “O Lixo não é água – PAYT – Pay as you throw (Pague o que produz)”;** -----

----- (A **Recomendação 150/03 (PPM)** fica anexado à presente Ata como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 150/03 (PPM)**. Votos contra do PCP, BE, PEV, abstenções do MPT e Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Joana Alegre,



José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 150/04 (PPM)** foi aprovada por maioria.-

----- **Recomendação 150/04 (CDS-PP) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP) - “Circulação Automóvel na Av. D. Amélia e Av. Maria Helena Vieira da Silva”;**-----

----- (A **Recomendação 150/04 (CDS-PP)** fica anexado à presente Ata como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 150/04 (CDS-PP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 150/04 (CDS-PP)** foi aprovada por **unanimidade**.-----

----- **Recomendação 150/05 (PSD) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP) - “Uma luz ao fundo do túnel “Escola de Dança do Conservatório Nacional”;** --

----- (A **Recomendação 150/05 (PSD)** fica anexado à presente Ata como Anexo X e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 150/05 (PSD)**. Voto contra do PCP, abstenção do PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 150/05 (PSD)** foi aprovada por **maioria**.-----

----- **Recomendação 150/06 (2 DM IND) – (Subscrito por 6 Deputados(as) Municipais Independentes) - “Por uma Lisboa porto seguro para os defensores da liberdade e da democracia”;**-----

----- (A **Recomendação 150/06 (2 DM IND)** fica anexado à presente Ata como Anexo XI e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Recomendação 150/06 (2 DM IND)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 1 da Recomendação 150/06 (2 DM IND)** foi aprovado por **unanimidade**.---

----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Recomendação 150/06 (2 DM IND)**. Voto contra do Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenções do PCP e PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM, Deputados(as)

Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, e Teresa Craveiro. O **Ponto 2 da Recomendação 150/06 (2 DM IND)** foi aprovado por **maioria**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 3 da Recomendação 150/06 (2 DM IND)**. Voto contra do Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenções do PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, e Teresa Craveiro. O **Ponto 3 da Recomendação 150/06 (2 DM IND)** foi aprovado por **maioria**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 4 da Recomendação 150/06 (2 DM IND)**. Voto contra do PCP, BE, PEV, Deputado Municipal Independente Rui Costa, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, e Teresa Craveiro. O **Ponto 4 da Recomendação 150/06 (2 DM IND)** foi aprovado por **maioria**.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 5 da Recomendação 150/06 (2 DM IND)**. Votos contra do PEV e Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenção do PCP e Deputado Municipal Independente Raul Santos, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. O **Ponto 5 da Recomendação 150/05 (2 DM IND)** foi aprovado por **maioria**.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 6 da Recomendação 150/06 (2 DM IND)**. Não há votos contra, abstenção do PCP, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 6 da Recomendação 150/05 (2 DM IND)** foi aprovado por **maioria**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 7 da Recomendação 150/06 (2 DM IND)**. Voto contra do Deputado Municipal Independente Rui Costa, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCPBE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 7 da Recomendação 150/05 (2 DM IND)** foi aprovado por **maioria**.-----

----- **Recomendação 150/07 (PCP) – (Subscrito pelos Grupo Municipal do PCP) - “Apoiar o Comércio tradicional da cidade de Lisboa”;** -----

----- (A **Recomendação 150/07 (PCP)** fica anexado à presente Ata como Anexo XII e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação dos **Pontos 1, 4 e 5 da Recomendação 150/07 (PCP)**. Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. Os **Pontos 1, 4 e 5 da Recomendação 150/07 (PCP)** foram aprovados por **maioria**.---

---- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Recomendação 150/07 (PCP)**. Não há votos contra, abstenções do PS, PSD e do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 2 da Recomendação 150/07 (PCP)** foi aprovado por **maioria**. -----

---- Vamos passar à votação do **Ponto 3 da Recomendação 150/07 (PCP)**. Votos contra do CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, abstenções do PS e PSD, votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV, MPT, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 3 da Recomendação 150/07 (PCP)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- **Recomendação 150/08 (BE) – (Subscrito pelos Grupo Municipal do BE) - “EGEAC”;** -----

----- (A **Recomendação 150/08 (BE)** fica anexado à presente Ata como Anexo XIII e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Recomendação 150/08 (BE)**. Votos contra do CDS-PP e do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, abstenções do PS, PSD MPT, PPM, votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 1 da Recomendação 150/08 (BE)** foi aprovado por **maioria**. -----

---- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Recomendação 150/08 (BE)**. Não há votos contra, abstenções do PS, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho,

Raul Santos, Rodrigo de Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 2 da Recomendação 150/08 (BE)** foi aprovado por **maioria**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 3 da Recomendação 150/08 (BE)**. Não há votos contra, abstenções do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 3 da Recomendação 150/08 (BE)** foi aprovado por **maioria**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 4 da Recomendação 150/08 (BE)**. Votos contra do 1 PS, PSD, CDS-PP, MPT, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenções do PS, dos Deputados Municipais Independentes: Raul Santos e Rui Costa, votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho e Teresa Craveiro. O **Ponto 4 da Recomendação 150/08 (BE)** foi **rejeitado**.-----

----- **(Na primeira votação verificou-se um empate com vinte votos a favor e vinte votos contra, não tendo sido aplicado o critério do voto de qualidade uma vez que o sentido de voto do Senhor Presidente da Assembleia nessa votação foi abstenção. Procedeu-se, de imediato, a nova votação, tendo o Senhor Presidente da Assembleia votado contra, pelo que este ponto foi rejeitado)**.-----

----- **Recomendação 150/09 (6 DM IND) – (Subscrito por 7 Deputados(as) Municipais Independentes) - “Habitação para tod@s”;**-----

----- (A **Recomendação 150/09 (6 DM IND)** fica anexado à presente Ata como Anexo XIV e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 150/09 (6 DM IND)**. Votos contra do PCP e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 150/09 (6 DM IND)** foi aprovada por **maioria**.-----

----- **Recomendação 150/10 (PAN) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN) - “Criação de uma Equipa Municipal de Salvação e Resgate Animal”;**-----

----- (A **Recomendação 150/010 (PAN)** fica anexado à presente Ata como Anexo XV e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 150/10 (PAN)**. Não há votos contra, abstenções do PCP, PEV e do Deputado Municipal Independente António Avelãs, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais

Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 150/10 (PAN)** foi aprovada por **maioria**.-----

----- **Recomendação 150/11 (DM IND Rodrigo de Mello Gonçalves) – (Subscrito pelo Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves) - “Esclarecimento sobre transmissões de dados pessoais pela CML por ocasião de manifestações em Lisboa”;**-----

----- (A **Recomendação 150/011 (DM IND Rodrigo de Mello Gonçalves)** fica anexado à presente Ata como Anexo XVI e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar à votação da **150/011 (DM IND Rodrigo de Mello Gonçalves)**. Votos contra do Deputado Municipal Independente Rui Costa, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **150/011 (DM IND Rodrigo de Mello Gonçalves)** foi aprovada por **maioria**.-----

----- **Recomendação 150/12 (6 DM IND) – (Subscrito por Deputados(as) Municipais Independentes) - “O Direito à Liberdade de Manifestação é inalienável, fundador Da nossa Democracia e inteiramente assumido por Lisboa”;**-----

----- (A **Recomendação 150/012 (6 DM IND)** fica anexado à presente Ata como Anexo XVII e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação dos **Pontos 1,2,3,4 e 6 da Recomendação 150/012 (6 DM IND)**. Votos contra do Deputado Municipal Independente Rui Costa, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. Os **Pontos 1,2,3,4 e 6 da Recomendação 150/012 (6 DM IND)** foram aprovados por **maioria**.-----

----- **(O Deputado Municipal Independente Rui Costa não participou na apreciação e votação do Ponto 4 desta Recomendação por ter solicitado escusas).**-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 5 da Recomendação 150/012 (6 DM IND)**. Votos contra do PCP, BE, PEV e do Deputado Municipal Independente Rui Costa, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Ponto 5 da Recomendação 150/012 (6 DM IND)** foi aprovada por **maioria**.-----

----- **Recomendação 150/13 (PEV) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do PEV) - “Valorização do Ensino artístico no Conservatório Nacional”;**-----

----- (A **Recomendação 150/13 (PEV)** fica anexado à presente Ata como Anexo XVIII e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 150/13 (PEV)**. Não há votos contra, abstenção do PPM, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 150/13 (PEV)** foi aprovada por **maioria**. -----

----- *(Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar nesta votação)* -----

----- **Recomendação 150/14 (PS/ 8 DM IND) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do PS e 8 Deputados(as) Municipais Independentes) - “Pelo Direito à Liberdade de Manifestação e à Proteção de Dados”;** -----

----- (A **Recomendação 150/014 (PS/ 8 DM IND)** fica anexado à presente Ata como Anexo XIX e dela faz parte integrante)-----

----- *(A Recomendação 150/14 (PS/ 8 DM IND) foi retirada pelos Proponentes)* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Partido Socialista para uma Declaração de Voto Oral, faça favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto Oral**: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-presidente.-----

----- O PS faz a sua declaração de voto à cerca, precisamente, do voto de protesto apresentado aqui pela coligação negativa da direita democrática que se apresenta contra o executivo municipal e fazemos ou não por aquilo que requer, mas porque alega existir um conluio com um regime ditatorial. -----

----- O PS votou a favor da recomendação liberal, alega e pede esclarecimentos sobre a transmissão de dados - sem setas senhor deputado - o PS votou a favor sobre uma recomendação sobre “Lisboa um porto seguro para os defensores das liberdades”. O PS vota a favor do direito à liberdade manifestações. O PSD é sempre favorável a estas recomendações, mas, naturalmente, nós não podemos estar em conluio com aqueles que atentam à moralidade dos nossos eleitos locais, sejam eles de que partidos forem, Senhores Deputados e, por isso é esse o nosso protesto não é assim que se faz política. -----

----- E, por isso, não votámos e esta Assembleia não aprovou e não foi só o PS que não aprovou, foi uma larga maioria desta Câmara que não aprovou o voto de protesto, que vossas excelências tentaram aqui passar hoje.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Manuel Lage há um pedido de esclarecimento por parte da Senhora Deputada Aline Beuvink!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não há pedidos de esclarecimentos em Declarações de votos!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, não é possível, não é regimental!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não costuma haver declarações de protesto às declarações de voto, mas...”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto Oral em protesto**:-----

----- “É diretamente para si, Senhor Deputado Manuel Lage, porque estou a olhar exatamente para si!-----

----- Senhor Deputado Manuel Lage, eu protesto com aquilo que acabou de dizer!-----

----- Não me vou alongar, mas resumo relativamente a uma coisa, onde é que viu no nosso voto de protesto contra a atitude inacreditável que se mencionou aqui? Em que momento é que está escrito que houve um conluio?-----

----- Eu protesto que, o senhor diga uma coisa que não está lá! Percebe Senhor Deputado Manuel Lage, não está lá, portanto, não coloque palavras que não estão no nosso voto só para justificar o vosso pequeno teatro aqui.-----

----- Obrigada!-----

----- Não é um protesto como? Eu estou a protestar o que o senhor Deputado Manuel Lage disse, apenas isso!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada Tenho que dar a palavra ao PS!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “Obrigado, Senhor Presidente!-----

----- E muito obrigado por ter deixado o Partido Popular Monárquico, interpelar o PS através do protesto, felizmente em democracia - eu bem sei que se não fosse em democracia a Senhora Deputada poderia ter obstado a declaração de voto do PS como bem entendesse, mas, felizmente que assim não é e temos regras democráticas que obriga a Senhora Deputada a protestar e ainda bem que assim foi, protestou e fez muito bem- Senhora Deputada para lhe dizer que o PS não pode dissociar as declarações têm sido feitas ao longo desta semana, relativamente àquilo que é o voto que os senhores apresentam aqui e a forma como os senhores o fizeram!-----

----- Os senhores fizeram durante esta semana algo inaceitável, foram ataques de caráter às pessoas e a várias pessoas, nomeadamente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ficou muito claro aqui nesta Câmara, quem é quem. Nós vimos uma certa direita desta Câmara que nós votamos favoravelmente aquilo que nos apresentaram,

as recomendações são todas iguais, o facto é que nós não aceitamos votos de protesto que só têm objetivo, não é com setas, é com palavras! Sangue, o que os senhores querem é sangue, é juntar-nos a um conluio que não existe, a uma farsa do antigo regime que não existe! -----

----- Obrigado, Senhor Presidentes!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Sangue é aquilo que os senhores provocaram!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “A Senhora desligue o microfone, que é o que costuma fazer e respeite a democracia, se faz favor!”-----

----- **Os Senhores Deputados Municipais dos Cidadãos Independentes Por Lisboa**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- ***“Declaração de Voto***-----

----- *Voto 150/03 (PSD/CDS-PP/MPT/PPM) - Protesto pela entrega, por parte da CML, de dados pessoais de manifestantes a autoridades estrangeiras*-----

----- *Serve a presente para indicar que os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos Por Lisboa (CPL) abaixo assinados votaram contra o Voto supramencionado, apresentado na reunião da AML de 15 de junho de 2021, por considerarem que, de facto, embora aceitando a maioria dos chamados “pontos deliberativos”, recusam liminarmente as considerações que supostamente os fundamentam. Repudiam um texto que pretende atribuir ao executivo da CML uma intenção consciente e deliberada de delação, de limitação do direito de manifestação por denúncia dos manifestantes, em suma, uma postura antidemocrática por parte do município.*-----

----- *Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos Por Lisboa,*-----

----- *Miguel Graça*-----

----- *Teresa Craveiro*-----

----- *José Alberto Franco*-----

----- *Joana Alegre*-----

----- *Ana Gaspar*-----

----- *António Avelãs*-----

----- (Os Senhores Deputados(as) Municipais Independentes: Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho e Rui Costa, não entregou a Declaração de Voto Escrita referente ao Voto 150/03)-----

----- (O Partido Municipal do Bloco de Esquerda, não entregou a Declaração de Voto Escrita referente à Recomendação 150/03)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa, não entregou a Declaração de Voto Escrita referente à Recomendação 150/06 e à Recomendação 150/12)-----

-----**Período da Ordem do Dia**-----



----- **1. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADO COM O ART.º 7.º-B DA LEI N.º 6/2020, DE 10 DE ABRIL, NA REDAÇÃO ATUAL, E NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO; GRELHA H – MÁXIMO 2 HORAS E 40 MINUTOS;** -----

----- *(Adiado para a 2ª reunião desta SO a agendar para o dia de 22 de junho)* -----

----- **2. APRECIACÃO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA LEI 6/2020 DE 10 DE ABRIL, (REGIME EXCEPCIONAL COM VISTA A PROMOVER A CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS AUTARQUIAS LOCAIS NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID -19), NOS TERMOS DO PREVISTO NO N.º 2 DO ART.º 7.º-B CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTIGO 10.º, AMBOS DA LEI 6/2020 DE 10 DE ABRIL, ALTERADA PELO ARTIGO 4.º DA LEI 6-D/2021, DE 15 DE JANEIRO; 2 X GRELHA BASE - 1 HORA E 15 MINUTOS;**-----

----- *(Adiado para a 2ª reunião desta SO a agendar para o dia de 22 de junho)* -----

----- **3. APRECIACÃO DO VOTO 150/01 (BE) - REPÚDIO PELA ATUAÇÃO HOMOFÓBICA NO JARDIM DO ARCO DO CEGO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (O Voto 150/01 (BE) fica anexado à presente Ata como Anexo XX e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, vamos prosseguir e vamos passar ao Ponto 3 da Ordem de Trabalho, Voto 150/01 do Bloco de Esquerda – Reídio pela atuação homofóbica no Jardim do Arco do Cego, portanto, dou a palavra ao Bloco de Esquerda para apresentar este voto.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente, senhores secretários, senhores e senhoras deputadas.-----

----- A 24 de maio de 2021, teve lugar uma intervenção de 9 agentes da PSP por supostas denúncias homofóbicas que visaram um casal de lésbicas por estarem a namorar no Jardim do Arco do Cego. No dia 1 de junho, a seguir teve lugar uma concentração, nesse mesmo local, em solidariedade com o casal e com todas as pessoas que sofrem abusos homofóbicos.-----

----- E na verdade em 2021, não se compreende de maneira absolutamente nenhuma a resposta da PSP. O que os agentes de autoridade deveriam ter feito era esclarecer os denunciante que em Portugal não se discriminam atos de afeto, seja de quem quer for e ou for.-----

----- E, portanto, este tipo de atuação apenas ajuda a perpetuar preconceitos e atos de violência contra uma comunidade que tanto tem sido atacada ao longo de décadas. Por isso, apresentamos este voto. Porque numa cidade que se diz e que se quer livre de preconceito (e que tem feito caminho nesse sentido), estes comportamentos devem ser repudiados, ainda para mais no mês de junho aonde a própria Câmara Municipal e algumas juntas de freguesia fazem o astear da bandeira LGBTI+ e bem! -----

----- Este sábado voltamos a ter a marcha do orgulho LGBTI+ e, portanto, achamos que esta casa deve dar o sinal de que o preconceito não é aceite de maneira nenhuma e muito menos pode ser aceite por parte de agentes de autoridade que tem como dever defender também os direitos destas pessoas. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gonçalo Moita do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Moita (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, todos os presentes. -----

----- Nós, naturalmente, CDS repudiamos e condenamos todo e qualquer ato de discriminação negativa e, portanto, sempre que atos dessa natureza aqui vierem ser considerados e postos à consideração, naturalmente, Senhora Deputado do Bloco de Esquerda, estamos juntos! -----

----- Mas há em relação a este caso concreto, situações que nos parece importante separar e distinguir. Uma primeira, em relação a um cidadão, não sei se terão sido mais que terá feito esta denúncia, terá feito esta suposta – e usando as palavra da Senhora deputada - desta suposta denúncia para a Polícia de Segurança Pública e que teve uma postura, segundo referem ofensiva e hostil perante este casal de namoradas, de condenar e devia seguramente a ser apresentada uma queixa - não sei se foi ou não -, mas era caso seguramente, pelo menos para queixa-crime. -----

----- Mas depois num outro momento é à atuação da PSP e aqui aquilo que nós queremos aqui evitar e não queremos incorrer nesse risco, é de provocar aqui uma enormíssima injustiça, tantos com os 9 agentes da PSP considerados neste voto. Porque reparem, este voto no seu texto refere uma questão importante, que era a questão da investigação daquilo que se passou e aí sim, feita essa investigação do princípio até ao fim, apurados os resultados, então é tempo de aplaudir se a atitude da PSP ter sido correta ou tempo de sancionar e de condenar se a atitude da PSP foi negativa e inaceitável. -----

----- E, portanto, sem que nós saibamos qual foi o teor da denúncia, da queixa deste cidadão e, sem perceber por que razão é que estavam 9 agentes da PSP, naquele momento, naquele jardim; sem saber qual é que foi o diálogo e a conversa dos agentes da PSP com estas duas senhoras que até pode ter sido um momento de apoio e de conforto – mas, oh minha senhora mas nós não sabemos! É isto que lhe estou a dizer, nós não sabemos – alias, já foi aqui referido aqui a propósito, permitam-me que os lembre, a propósito exatamente da Comissão de Dados Pessoais e das autoridades da Rússia que, era importante apurar os factos e depois então vamos valorizar a situação e estamos a falar de algo que já foi comprovadamente praticado e é um ato ilícito.-----

----- Em relação a isto não há necessidade nenhuma de fazer qualquer tipo de investigação, vamos condenar a atitude dos agentes da PSP, nós, naturalmente que estaremos cá sempre, estaremos cá sempre para acompanhar votos de protesto sobre qualquer tipo de discriminação negativa, independentemente do seu agente, mas em relação a este caso concreto, naturalmente, não podemos acompanhar sob pena estarmos muito apressadamente a cometer uma injustiça que não deve se cometida. ----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Independente Paulo Muacho.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Efetivamente, nós também apoiamos este voto apresentado pelo Bloco de Esquerda. Aquilo que foi a relato da atitude da PSP não se compreende, levanta várias questões e, inclusivamente, em termos de alocação de meios que a PSP faz a este tipo de situações! Enviar 9 agentes da PSP para interpelarem um casal namoradas neste caso, é manifestamente excessivo e mostra muito claramente aquilo que é um longo caminho que ainda há a fazer no nosso país, naquilo que são a defesa dos direitos humanos, daquilo que são a defesa dos direitos LGBTI+ e inclusivamente naquilo que é o caminho que há a fazer na formação da polícia, nestas matérias! -----

----- Há ainda discriminação na nossa sociedade e esta situação foi gritante neste sentido, é uma situação infeliz, não sabemos se é uma situação que é recorrente ou não, na verdade é que isto não devia ter sucedido, a polícia devia ter tido uma atitude completamente diferente e, portanto, votaremos a favor deste voto. -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires para encerrar o debate.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Eu, no final desta discussão, de facto, eu fico perplexa, porque à falta de adjetivo que melhor se coadune na Assembleia Municipal com a intervenção que o CDS aqui teve, eu pergunto ao Senhor, se o Senhor Deputado ou a toda a bancada do CDS se não ouviram aquilo que toda a gente viu nas redes sociais? -----

----- Toda a gente viu e daí a indignação surgiu relativamente àquilo que se passou, nós estamos a falar de uma suposta ou de uma alegada atuação desproporcional no Arco do Cego, nós estamos a falar de uma efetiva ação desproporcional no Arco do Cego relativamente a duas mulheres, a um casal de lésbicas por parte de 9 agentes da PSP, 9 agentes da PSP! E, portanto, quando o Senhor Deputado diz que o CDS estará sempre do lado de quem repudia este tipo de atitudes, claramente não está! -----

----- Claramente, não está, porque não vai votar a favor deste voto e novamente eu volto a repetir uma coisa que disse inicialmente, para nós é muito importante o papel dos agentes de autoridade nestas situações, não é perpetuar o preconceito é dar exatamente informação a quem supostamente faz estas denúncias que em Portugal não se discrimina o tipo de afeto que é demonstrado pelas pessoas, não se discrimina, isso não existe!-----

----- Os agentes de autoridades têm que fazer cumprir este princípio, não foi isso que aconteceu e, portanto, a Assembleia Municipal de Lisboa em concordância com aquilo que tem sido feito pela própria Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito, dos direitos LGBT só pede a condenar e se não for por unanimidade, será também um dia triste.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputada.” -----

----- Vamos passar à votação do **Voto 150/01 (BE)**. Não há votos contra, abstenção do CDS-PP, MPT, Deputados(as) Municipais Independentes: Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto 150/01 (BE)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- *(Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar nesta votação)* -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Independente Raul Santos**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “*Declaração de voto escrita*-----

----- ***150ª Reunião – Sessão Ordinária de Junho (1ª Reunião), voto 150/01 (BE) - Repúdio pela actuação homofóbica no jardim do Arco do Cego.***-----

----- *A minha abstenção deve-se ao facto de não conhecer a versão das outras partes envolvidas. Costumo dizer que numa história há sempre três versões: as das partes envolvidas, e a verdadeira. Não posso em consciência condenar os agentes da autoridade sem que estes sejam convidados a pronunciar-se sobre o que se passou,*

*nem apoiar ou condenar os afectos trocados pelas duas mulheres envolvidas sem conhecer o que de facto se estava a passar, uma vez que não sei de que afectos estamos a falar.* -----

----- *Raul Santos* -----

----- *DM IND*”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Independente Raul Santos**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- **“DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

----- *Voto 150/01 (BE) - Repúdio pela actuação homofóbica no jardim do Arco do Cego* -----

----- *O voto 150/01 do Bloco de Esquerda, tal como foi aliás referido na sua apresentação e discussão, baseia-se na divulgação que houve do caso nas redes sociais.*-----

----- *Se é inquestionável que qualquer acto ou actuação homofóbica deve ser alvo de repúdio e condenação, não fica claro, da informação que é do domínio público sobre este assunto, que tal tenha sido a motivação da PSP neste caso concreto.*-----

----- *Aliás numa publicação do polígrafo a Direcção Nacional da PSP esclarece que a mobilização de agentes para aquele parque se deveu a uma outra denúncia relacionada com perturbação da ordem pública, nomeadamente o facto de um grupo de pessoas estar a consumir bebidas alcoólicas e a provocar desacatos, e não ao casal de raparigas que estaria a namorar.*-----

----- *Assim, e perante a dúvida, optei pela abstenção.*-----

----- *Lisboa, 15 de Junho de 2021,*-----

----- *O Deputado Municipal Independente,*-----

----- *Rodrigo Mello Gonçalves*-----

----- **4. APRECIACÃO DO PONTO 4 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 273/CM/2021 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA EFEITOS DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE POSTOS DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS PREVISTAS NO ATUAL REGULAMENTO GERAL DE MOBILIÁRIO URBANO E OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2, DO ARTIGO 16.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (A Proposta 273/CM/2021 fica anexado à presente Ata como Anexo XXI e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como Anexo XXII e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Vamos passar ao Ponto 4 da parte deliberativa da Proposta 273/CM/2021 - Isenção do pagamento das taxas referentes à utilização do espaço público para efeitos da instalação e operação de postos de carregamento de veículos elétricos.*-----

----- O Senhor Deputado Rui Costa pede escusa. -----

----- O Deputado Relator é o Senhor Deputado José Inácio Faria, não sei se quer apresentar o Parecer da 1ª Comissão?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Eu prescindindo da apresentação, penso que a proposta é auto explicativa. Trata-se da isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para efeitos de implementação destes postos de carregamento para veículos elétricos. Eu penso que é consensual, foi grandemente consensual na Câmara, exceto com algumas abstenções e, portanto, eu penso que não há grande coisa a dizer relativamente a esta proposta e eu queria só referir que o Partido da Terra irá votar favoravelmente. -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor deputado. -----

----- A Câmara prescinde da apresentação e o Senhor Deputado Fábio Sousa não querer intervir.” -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 273/CM/2021**. Não há votos contra, abstenção do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Proposta 273/CM/2021** foi aprovada por **maioria**. -----

----- *(O Deputado Municipal Independente Rui Costa não participou na apreciação e votação desta Proposta por ter solicitado escusas)* -----

----- **5. APRECIACÃO DOS PONTOS 1 E 3 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 287/2021 - MEDIDAS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AO DESPORTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º E NA ALÍNEA G) DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E NA ALÍNEA A), DO N.º 3, DO ARTIGO 100.º DO NOVO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA G (1,5 X GRELHA B) – 1 HORA E 30 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta 287/CM/2021** fica anexado à presente Ata como Anexo XXIII e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente** fica anexado à presente Ata como Anexo XXIV e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao Ponto 5, da Parte deliberativa da Proposta 287/2021 - Medidas especiais e extraordinárias de apoio ao desenvolvimento desportivo - Programa Municipal de Apoio ao Desporto, tem materiais cuja correção foi apresentada. -----  
----- Vamos perguntar à Câmara se quer intervir? Prescinde! -----  
----- Tem a palavra o Senhor Deputado Fábio de Sousa do PCP, não está! -----  
----- Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Teixeira do PS.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Teixeira (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, Público presente. -----  
----- As primeiras palavras da bancada do Partido Socialista são muito naturalmente, de agradecimento e de congratulação ao Executivo e o Senhor Presidente Fernando Medina, é um privilégio estar aqui e intervir sobre esta proposta, acreditem que, para mim é, e permitam que faça também a título individual, sinto-me um privilegiado por poder intervir, no âmbito desta proposta.-----  
----- O desporto em Lisboa e os seus clubes e coletividades e os força sua atividade que não é só do âmbito desportivo, surgem devidamente reconhecidos nesta proposta, à presente linha de apoio de 20 milhões de euros, deverá ser somado todo o apoio regular que é já conferido a estas organizações que viram ainda no âmbito deste ano de 2020 um aumento de 30% para fazer face aos impactos da pandemia do COVID. ---  
----- Como aqui antes já foi dito por esta bancada do Partido Socialista em outras sessões, Lisboa e o seu município estão hoje muito mais próximas dos seus clubes e associações e podem querer, podem querer senhoras e senhores deputados que os clubes de Lisboa, as associações desportivas e as coletividades reconhece ser o Partido Socialista, em Fernando Medina e neste Executivo essa proximidade e essa preocupação.-----  
----- Estas coletividades na sua maioria de base local, são hoje mais do que nunca um importante instrumento da coesão e reforço social das comunidades. Quem olha para os clubes e encontra apenas uma resposta no âmbito desportivo e não seria pouco senhoras e senhores deputados, porque é inclusivamente uma obrigação constitucional, não vê, para além daquilo que é a dimensão da resposta e a importância que estas organizações têm na formação de jovens, mas também hoje em dia cada vez mais na respostas fundamentais que dão no apoio organizações vivas da das freguesias, dos bairros da cidade, mas também ao poder autárquico na sua dimensão das juntas de freguesia e do município. -----  
----- O acesso à prática desportiva, que resulta de uma obrigação constitucional como há pouco disse, é promovido precisamente por estes clubes hoje alvo deste programa, pelas associações que desenvolvem os programas de atividade física, que executam a formação desportiva e que auxiliam também as famílias na construção de cidadãos mais solidários, autónomos e humanistas! -----  
----- Sim, o desporto promove a formação de melhores homens! -----  
----- O apoio que hoje aqui debatemos é sem sombra de dúvidas, senhoras e senhores deputados, o mais importante até hoje atribuído na cidade de Lisboa neste setor, é

justo e é fundamental para os clubes e para os seus praticantes, pelo que o desporto e os clubes significam, pelo que os clubes e o setor do desporto oferecem às suas comunidades. -----

----- O setor do desporto foi absoluto à semelhança de todos os outros, fustigado pela pandemia. A sua atividade como as demais foi subitamente interrompida, atirando os clubes, os seus técnicos e atletas para um mar de incertezas. Em boa hora a cidade de Lisboa liderada por Fernando Medina e os clubes podem contar com Fernando Medina e podem contar com o apoio deste município! -----

----- Mas queria também dizer que em boa hora a Câmara Municipal e o seu Presidente, demonstraram uma vez mais em Lisboa e seu executivo que estão ao lado dos clubes. Este Programa Municipal é inclusivamente também um importante instrumento para auxiliar a normalização da atividade desportiva, Lisboa lidera, pelo exemplo, lidera pela ação e lidera demonstrando a todos os outros municípios que a aposta no desporto, não se resume apenas a receção de importantes eventos desportivos e é preciso que se diga que em Lisboa, este evento estão também, naturalmente muito bem acolhidos e que representam como nos mostra um estudo publicado pelo ISCTE em 2016, uma captação de imensos milhões para a cidade, que provinha evidentemente do turismo, para além daquilo que significa de atratividade da marca da cidade e do país. -----

----- Lisboa e Fernando Medina compreendem como poucos a importância do desporto, aliás, é a razão do surgimento este programa. A razão disso surge desta proposta como surgiu igualmente o alargamento do Fundo de Emergência Social, Senhores Deputados, o Fundo de Emergência Social foi alargado e o seu acesso a tudo o movimento associativo popular e todos os clubes, coletividades e associações desportivas tiveram acesso a este fundo. Isto é uma demonstração clara de quem compreende a realidade da cidade e que não se alheia das responsabilidades, porque debater isto e agora olho para esta sala no ponto em que se debatia toda esta polémica estranha, *kafkiana* de ataques soezes feitos ao líder da cidade de Lisboa, estava aqui todos, agora no debate que é importante para os lisboetas, para os praticantes, para os jovens, para as crianças, para os idosos, onde é que eles estão? É um vazio, é o vazio completo. -----

----- É um vazio completo e deixem que vos diga, não só enquanto deputado municipal, enquanto cidadão, enquanto dirigente desportivo, tenho pena que os deputados eleitos não estejam aqui presentes, e não estejam ao lado de quem precisa! --

----- E perdoem-me e perdoe-me Senhor Presidente este elevar de voz, mas tenho que o fazer, com emoção de quem me conhece, com a emoção de quem se dirige às pessoas e com a emoção de quem entende que o seu mandato é para exercer sempre não só nas alturas de conveniência, do populismo como vimos aqui esta tarde, como vimos os últimos dias. -----

----- De igual modo, Lisboa, apoio ao desporto ainda senhores deputados e apoio ao desporto quando despenalizou aos atletas desta cidade a realização dos testes rápidos na retoma da sua atividade desportiva, mas não se ficou por aqui município, estes testes podem ser repetidos a cada 15 dias, demonstrando uma importante resposta,



porque se esses testes não fossem realizados e é preciso que se perceba a realidade do tecido social, a realidade do tecido desportivo, não teríamos grande parte dos atletas que hoje crescem pelos pavilhões, crescem pelos ginásios e crescem pelos relvados. Só quem não conhece o desporto e as suas coletividades é que não consegue medir a natureza do impacto desta medida, porque esta em muito casos significou a possibilidade de os clubes reabrir as suas portas, porque esta significou ainda sem qualquer dúvida que muitos puderam retomar a sua condição de atletas. -----

----- Promover o desporto e a sua atividade física significa, também, que se combata a tendência para a vida sedentária e os problemas de saúde que estão associadas ao sedentarismo. Mas permitam-me que termine, não apenas isto, o desporto permite que se continuem a formar melhores mulheres e melhores homens, pessoas capazes de oferecer a esta cidade também os seus territórios e às necessidades, as respostas que a cidade de Lisboa precisa para se manter uma cidade equilibrada, solidária e humanista longe de populismos bacocos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhor Deputado Fábio de Sousa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fábio Sousa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Caríssimo Presidente da Assembleia Municipal, trabalhadores da Câmara Municipal, executivo da Câmara e mais deputados, boa tarde a todos! Peço desculpa, porque ainda há pouco, eu não consegui, não consegui entrar na reunião, deve ter sido algum problema técnico e não me foi dada então a permissão para a entrada na reunião, por isso, peço desculpa. -----

----- No que diz respeito a esta proposta é muito importante para o PCP que se comece a evidenciar logo no início dos considerandos que o direito à cultura física e ao desporto são direitos, devidamente consagrados na Constituição.-----

----- Os vereadores do PCP como sempre contribuíram substancialmente para a melhoria desta proposta, permitindo assim que estes apoios tenham um potencial de maior alcance indo ao encontro da cidade que ambicionamos e sonhamos, que prima pela democratização do Desporto e que assume um forte compromisso com o apoio a retoma do desporto... (Inaudível). -----

----- (...) No último ano, que os apoios ao ramo não sejam prejudicados. -----

----- A alteração dos limites financeiros no apoio distribuído por medida a cada entidade. A inclusão da possibilidade de as entidades poderem celebrar contratos de desenvolvimento desportivo plurianuais.-----

----- No entanto, não podemos deixar de mencionar algumas propostas que considerávamos importantes e que infelizmente ficaram de fora, nomeadamente, as dotações não executadas de cada medida em cada ano do programa revertessem como reforça a dotação anual dos apoios previstos no âmbito do ramo para a área do desporto e no que respeita às obrigações e responsabilidades dos beneficiários não foi

considerado incluir ter ou regularizar todas as obrigações contratuais e legais com os seus trabalhadores.-----

----- No que respeita à percentagem e ao limite financeiro do apoio a atribuir, por medida a cada entidade, a nossa proposta em algumas rubricas, como seja, o apoio à aquisição a viaturas de transporte coletivo de passageiros ou o apoio à construção e requalificação de instalações desportivas, a nossa proposta era bem mais ambiciosa nos valores máximos a serem atribuídos ao movimento associativo na área do desporto.-----

----- Por último, mas não menos importante, é nosso entendimento que não há desenvolvimento desportivo que uma cidade como a de Lisboa se não existir uma verdadeira parceria entre os diversos agentes desportivos, o meio associativo, a Câmara, a rede escolar e as juntas de freguesia.-----

----- Muito obrigado”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o senhor Vice-presidente João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado!-----

----- Dado que a Sessão já vai longa, após a apresentação e a defesa brilhante da proposta por parte do Miguel Teixeira, pouco me resta para dizer, mas brilhante e entusiástica que é uma coisa que não é para todos em política, é que quando se acredita nota-se.-----

----- E, portanto, eu queria só dizer que este é um programa muitíssimo importante, por todos os motivos que o Miguel Teixeira referiu, mas também porque significa a estruturação de um programa a médio prazo, um programa que tem os anos de 2021/22/23 e, portanto, como em quase tudo o que fazemos na cidade de Lisboa, isso é uma evidência neste programa, como em muitos outros dos instrumentos de gestão do Município de Lisboa. Fazemo-lo em face da ambição da cidade e, portanto, não a curto prazo, não para amanhã, mas, com uma escala suficientemente ampla para podermos honrar a cidade e a cidade capital e a cidade com a dimensão e ambição que Lisboa tem.-----

----- E, portanto, estes 20 milhões de euros de investimento no tecido associativo desportivo são fundamentais para honrar essa mesma tradição, para a manter e a ampliar, para honrar aquilo que é a nossa capital europeia do desporto ainda que, no contexto que todos conhecemos, mas com a ambição que as regras e restrições nos permitem, mas também para vos dizer o pensamos a cidade a curto e a médio prazo enquanto alguns a única coisa de que nos conseguem falar é de um conjunto de problemas e se olharmos para os problemas, colocar a pouca ambição naquilo que nos apresentam ou nenhuma e, portanto, é uma diferença colossal de entusiasmo.-----

----- Contar com aqueles que têm esta visão de curto e o médio longo prazo da cidade ou com aqueles que quando se chega ao momento de discutir algo que é fundamental para a cidade, para aquilo que é a sua retoma enquanto espaço de vivência de qualidade, não aparecem, desapareceram! -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor deputado. -----

----- A Câmara prescinde da apresentação e o Senhor Deputado Fábio Sousa não querer intervir.” -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 287/CM/2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 287/CM/2021** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Na proposta:** -----

----- **No ponto 3 da parte deliberativo:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “*compromisso plurianual, com a seguinte*” (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) “*compromisso plurianual, ao abrigo do nº1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, com a seguinte*” (...); -----

----- **No Anexo II – Programa Municipal de Apoio ao Desporto:** -----

----- **Sessão II – Artigo 3º:**-----

----- **Onde consta:** -----

----- (...)” “(...) -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...)”I”(-----

----- **Sessão III – Artigo 9º:**-----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “*Artigo 9º-Verificação e cancelamento dos apoios*” (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) “*Artigo 7º-Verificação e cancelamento dos apoios*” (...); -----

----- **Devendo os restantes artigos serem renumerados**-----

----- **6. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS:** -----

----- **6.1. APRECIACÃO DA PROPOSTA 294/CM/2021 - CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DA ALCÂNTARA (PROJETO DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA NO BAIRRO QUINTA DO CABRINHA), NOS TERMOS DA** -----

**PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E NO ARTIGO 116.º E SEQUENTES DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL;** -----

**6.2. APRECIÇÃO DA PROPOSTA 320/CM/2021 - CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DA ESTRELA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, E NO ARTIGO 116.º E SEQUENTES, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL;** -----

----- (A Proposta 294/CM/2021 fica anexado à presente Ata como Anexo XXV e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como Anexo XXVI e dela faz parte integrante) -----

----- (A Proposta 320/CM/2021 fica anexado à presente Ata como Anexo XXVII e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como Anexo XXVIII e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos agora discutir apreciação conjunta das seguintes propostas sobre competências, Proposta 294/CM/2021 - Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Alcântara (Projeto de Intervenção Comunitária no Bairro Quinta do Cabrinha) e Proposta 320/CM/2021- Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Estrela, tem os erros materiais cuja correção foi comunicada. -----

----- Não sei se a Câmara prescinde ou quer apresentar? Prescinde! -----

----- Senhor Deputado Manuel Lage, não sei se quer apresentar o relatório? Prescinde!

----- Há alguém inscrito? Não há ninguém inscrito! -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 294/CM/2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 294/CM/2021** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Última frase na proposta:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “*Os cabimentos encontram-se em anexo à presente proposta*” (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) “*O cabimento encontra-se em anexo à presente proposta*” (...); -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 320/CM/2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM,

Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 320/CM/2021** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **No considerando V.**-----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “*Deliberação n.º 295/AML/2019, de 4 de julho,*” (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) “*Deliberação n.º 295/AML/2019, de 27 de julho,*” (...);-----

----- **No parágrafo introdutório da parte deliberativa:**-----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “*Câmara Municipal de Lisboa que delibere, nos termos*” (...) “*na alínea K do n.º1 do artigo 25.º,*” (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) “*Câmara Municipal de Lisboa que delibere submeter à assembleia Municipal, nos termos*” (...) “*na alínea K do n.º1 do artigo 25.º,*” (...);-----

----- **No Ponto 1 da parte deliberativa:**-----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “*1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração*” (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) “*1. A celebração*” (...);-----

----- **No parágrafo a seguir ao Ponto 2:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “*Classificação Económica D.08.05.01.01,*” (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) “*Classificação Económica D.08.05.01.02,*” (...);-----

----- **No Ponto 3 da parte deliberativa:**-----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “*3. Aprovar a minuta*” (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) “*3. Aprovação da minuta*” (...); -----

----- **No Ponto 4 da parte deliberativa:**-----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “*4. Submeter à Assembleia Municipal a autorização*” (...);-----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) “*4. A autorização*” (...);-----

----- **Na minuta de Contrato:**-----

----- **No considerando e):**-----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “*Deliberação n.º 295/AML/2019, de 4 de julho,*” (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) “*Deliberação n.º 295/AML/2019, de 27 de julho,*” (...);-----

**7. APRECIACÃO DO PONTO II DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 331/CM/2021 - ALTERAÇÃO DAS REGRAS DE FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE APOIOS AOS MOTORISTAS DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE EM TÁXI, APROVADAS PELA DELIBERAÇÃO N.º 70/AML/2021 (PROPOSTA N.º 20/CM/2021), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E NA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ARTIGO 100.º DO NOVO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA G (1,5 X GRELHA B) – 1 HORA E 30 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta 331/CM/2021 fica anexado à presente Ata como Anexo XXIV e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como Anexo XXVI e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só nos resta para hoje o Ponto 7, os outros foram adiados. -----

----- Portanto, o Ponto 7 da Proposta 331/CM/2021 - Alteração das regras de funcionamento do Programa de Apoios aos Motoristas de Veículos de Transporte em Táxi, aprovadas pela Deliberação n.º 70/AML/2021 (Proposta n.º 20/CM/2021).-----

----- Os erros materiais já foram comunicados, pergunto à Câmara se quer apresentar? A Câmara prescinde! -----

----- Há alguém inscrito? Não há, vamos passar à votação. -----

----- Houve um lapso, estava aqui a indicação de que havia parecer da 1ª Comissão, mas não havia.” -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 331/CM/2021**. Não há votos contra, abstenções dos Deputados(as) Municipais Independentes: Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos e Teresa Craveiro. A **Proposta 331/CM/2021** foi aprovada por **maioria**.-----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:**-----

----- **Na proposta:** -----

----- **No ponto 2 da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “Lisboa a alteração das regras” (...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) “Lisboa ao abrigo do dispositivo no n.º 1 do artigo 23.º, e nas alíneas k) e f) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a alteração das regras” (...); -----

----- **No Anexo à Proposta:**-----

----- **No Artigo 4.º:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “1. (...); 4. Podem”(…) b.(…)” (...);-----  
----- **Deve constar:** -----  
----- (...) “1. (...); 2. (...); 3. (...); 4. Podem”(…) b.(…)”; 5. (...); 6. (...);” (...);-----  
----- **No ponto 2 do artigo 5.º:** -----  
----- **Onde consta:** -----  
----- (...) “d. (...); g. Declaração (...)” h. (...);k. cópia” -----  
----- **Deve constar:** -----  
----- (...) “d. (...); e. (...); f. (...); g. Declaração (...)” h. (...); i. (...); j. (...); k. cópia”  
----- (...) 3. (...);4. (...)”(...); -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a  
seguinte intervenção: -----  
----- Portanto, não temos mais nenhum ponto para discutir hoje, os outros pontos  
foram adiados, recorde que quinta-feira temos uma sessão, digamos, de um lado um  
debate sobre o racismo e por outro lado temos também petições, portanto, até quinta-  
feira senhores deputados, cidadãos e cidadãs que nos acompanham. -----  
----- Está encerrada esta sessão.” -----  
----- A sessão terminou, eram dezoito horas e quarenta minutos. -----  
----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos  
termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade,  
na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----  
----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de  
Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos  
do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do  
n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da  
então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de  
Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----  
-----O PRESIDENTE -----